



**Eletrobras**

## Informe aos Investidores 2T16

Versão 1.0  
15/08/2016



Informe aos Investidores 2T16

## Sumário

	Página
Introdução	02
I. Análise do Resultado Consolidado	04
II. Análise do Resultado da Controladora	14
III. Informações Gerais	18
IV. Anexo: Informações das Empresas Controladas	

### Teleconferência em Português

16 de Agosto de 2016  
14:00h (horário de Brasília)  
13:00h (horário de Nova York)  
18:00h (horário de Londres)  
Telefone: (11) 3137-8031  
Senha: 9532

### Teleconferência em Inglês

16 August 2016  
2:00 pm (GMT)  
1:00 pm (New York)  
6:00 pm (London time)  
Phone: (11) 3137-8031  
Password: 9532

### Contate RI:

invest@eletrobras.com  
www.eletrobras.com.br/elb/ri  
Tel: (55) (21) 2514-6333

### Elaboração do Informe ao Investidores:

#### Assistente Diretoria Financeira e de Relações com Investidores

Arlindo Soares Castanheira

#### Departamento Relações com Investidores

Paula Prado Rodrigues Couto

#### Divisão de Relatórios para o Mercado

Bruna Reis de Arantes  
Andréia Martins Ferreira Theobaldo  
Fernando D'Angelo Machado  
José Paulo de Araújo

#### Estagiário:

Gleyzer Bruno de Souza



#### Disclaimer:

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



## Informe aos Investidores 2T16

**Rio de Janeiro, 15 de agosto 2016 - A Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) [BM&FBOVESPA: ELET3 e ELET6 – NYSE: EBR e EBR-B (negociação suspensa) – OTC: EBRY e EBRBY – LATIBEX: XELTO e XELTB],** a maior companhia do setor de energia elétrica da América Latina, atuante no segmento de geração, transmissão e distribuição, controladora de 14 subsidiárias, uma empresa de participações – Eletropar –, um centro de pesquisa - Cepel e com participação de 50% do Capital Social de Itaipu Binacional, anuncia os seus resultados do período.

A Eletrobras apresentou, no resultado do primeiro semestre de 2016 (1S16), um Lucro líquido atribuído aos controladores de R\$ 8.824 milhões, em comparação com um prejuízo líquido de R\$ 103 milhões registrado no primeiro semestre de 2015 (1S15). No segundo trimestre de 2016 (2T16), a empresa apresentou um Lucro líquido atribuído aos controladores de R\$ 12.722 milhões, frente a um prejuízo líquido atribuído aos controladores de R\$ 3.898 milhões no primeiro trimestre de 2016 (1T16).

O Resultado do 1S16 foi decisivamente influenciado por diversas variáveis, dentre as quais destacam-se: (i) Efeitos da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), com impacto na receita de transmissão, na conta de atualização das taxas de retorno de Transmissão de R\$ 25.810 milhões; (ii) Provisão de IRPJ/CSLL referente ao reconhecimento da RBSE acima mencionada no montante de R\$ 8.775 milhões; (iii) Provisão Operacionais no montante de R\$ 6.587 milhões, com destaque para o *impairment* e provisão para contrato oneroso referentes ao empreendimento da Usina Nuclear de Angra 3 no montante de R\$ 4.092 milhões; e (iii) Prejuízo das subsidiárias de distribuição, que somou R\$ 1.811 milhões em 2016.

O Resultado 2T16 foi impactado pelas seguintes variáveis, que serão melhor detalhadas a seguir:

- De forma positiva: (i) Efeitos da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), com impacto na receita de transmissão, na conta de atualização das taxas de retorno de Transmissão de R\$ 25.810 milhões; (ii) Redução do custo de combustível de 110% em relação ao 1T16; (iii) Crescimento de 8,8% em relação ao 1T16 na Receita de Suprimento do segmento de geração; e (iv) Reversão de Provisão relativa aos processos judiciais envolvendo empréstimo compulsório, no valor de R\$ 1.010 milhões, ocasionando efeito líquido, a título de processos de empréstimo compulsório, no resultado do exercício de R\$ 394 milhões, tendo em vista o incremento de R\$ 616 milhões na conta de à atualização monetária relativa aos referidos processos.
- De forma negativa: (i) Provisão de IRPJ/CSLL referente reconhecimento da RBSE acima mencionada de R\$ 8.775 milhões; (ii) Provisões operacionais no montante de R\$ 3.574 milhões, com destaque para o *impairment* e provisão para contrato oneroso referente ao empreendimento da Usina Nuclear de Angra 3 no montante de R\$ 4.092 milhões; e (iii) Queda de 10,3% na receita de Fornecimento e Suprimento no segmento de Distribuição.

**Disclaimer:**



## Informe aos Investidores 2T16

### **DESTAQUES DO RESULTADO CONSOLIDADO DO 2T16:**

- » Receita Operacional Líquida de R\$ 33.085 milhões;
- » Reconhecimento contábil referente à RBSE com impacto líquido de R\$ 17.035 milhões
- » *Impairment* e provisão para contrato oneroso da Usina Nuclear de Angra 3 de R\$ 4.092;
- » EBITDA de R\$ 23.385 milhões; e
- » Resultado Financeiro Líquido negativo de R\$ 1.232 milhões.

**Disclaimer:**

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



Informe aos Investidores 2T16

**I. ANÁLISE DO RESULTADO CONSOLIDADO (R\$ milhões)**

1S16	1S15	CONSOLIDADO	2T16	1T16	2T15
6.380	6.123	Geração - Suprimento	3.325	3.055	3.006
1.374	1.863	Geração - Fornecimento	733	641	941
620	1.644	Geração - CCEE (curto prazo)	364	256	757
1.023	917	Geração - Receita de Operação e Manutenção	513	510	462
5	154	Geração - Receita de Construção	23	-18	60
-136	106	Geração - Repasse Itaipu (vide II.3.a)	11	-148	-16
1.468	1.313	Transmissão - Receita de Operação e Manutenção	748	720	691
786	651	Transmissão - Receita de Construção	474	312	358
26.170	409	Transmissão - Atualizações da Taxa de Retorno	25.993	178	205
4.341	6.446	Distribuição - Fornecimento e Suprimento	2.054	2.287	3.328
372	358	Distribuição - Receita de Construção	215	157	182
160	561	Distribuição - CVA e outros Componentes Financeiros	91	70	278
542	648	Outras Receitas	288	254	309
<b>43.106</b>	<b>21.191</b>	<b>Receita Bruta</b>	<b>34.831</b>	<b>8.274</b>	<b>10.561</b>
-3.259	-4.365	(-) Deduções da Receita	-1.746	-1.513	-2.335
<b>39.847</b>	<b>16.826</b>	<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>33.085</b>	<b>6.761</b>	<b>8.227</b>
-4.486	-6.254	(-) Energia Comprada para Revenda	-2.317	-2.169	-3.332
-807	-872	(-) Uso da Rede Elétrica	-401	-405	-408
-377	-935	(-) Combustível para Produção de Energia Elétrica	43	-419	-636
-1.163	-1.163	(-) Construção	-711	-451	-600
<b>33.015</b>	<b>7.601</b>	<b>Resultado Bruto</b>	<b>29.698</b>	<b>3.317</b>	<b>3.251</b>
-4.222	-4.077	(-) Pessoal, Material e Serviços	-2.234	-1.988	-2.073
-192	-206	(-) Remuneração e Ressarcimento	-95	-97	-106
-886	-926	(-) Depreciação e Amortização	-451	-435	-463
-1.228	-1.208	(-) Outras Despesas	-787	-441	-630
<b>26.487</b>	<b>1.184</b>		<b>26.132</b>	<b>355</b>	<b>-21</b>
558	36	Participações Societárias	376	182	-5
-6.587	-1.228	Provisões/Reversões Operacionais	-3.574	-3.013	-901
<b>20.458</b>	<b>-9</b>		<b>22.934</b>	<b>-2.476</b>	<b>-927</b>
893	1.013	Receita de Juros e Aplicações Financeiras	391	502	487
3	287	Atualização Monetária Líquida	124	-122	95
-362	242	Variação Cambial Líquida	-178	-185	-99
-2.991	-2.251	Encargos da Dívida	-1.484	-1.507	-1.242
-53	-19	Encargos de Recursos de Acionistas	-42	-11	-11
0	865	Remuneração das Indenizações - Lei 12.783/13	0	0	370
-66	193	Outros Resultados Financeiros	-43	-23	137
<b>17.881</b>	<b>321</b>		<b>21.702</b>	<b>-3.821</b>	<b>-1.191</b>
-8.985	-611	Imposto de Renda e Contribuição Social	-8.911	-74	-213
<b>8.896</b>	<b>-290</b>	<b>Lucro/Prejuízo Líquido do período</b>	<b>12.791</b>	<b>-3.894</b>	<b>-1.404</b>
72	-188	Participação atribuída aos Não Controladores	69	3	-46
<b>8.824</b>	<b>-103</b>	<b>Lucro/Prejuízo Líquido atribuído aos Controladores</b>	<b>12.722</b>	<b>-3.898</b>	<b>-1.358</b>

**Disclaimer:**

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



## Informe aos Investidores 2T16

### I.1 Principais variações da DRE

#### Variações da DRE (2T16 x 1T16)

O Resultado de 2T16 registra um crescimento de 426% em relação ao 1T16, tendo sido apurado um Lucro líquido atribuído aos controladores de R\$ 12.722 milhões em 2T16, contra um prejuízo líquido atribuído aos controladores de R\$ 3.898 milhões no 1T16.

A Receita Operacional Líquida, no montante de R\$ 33.085 milhões apresentou, no 2T16, um crescimento de 389% em relação ao 1T16, quando foi registrado o montante de R\$ 6.761 milhões. Na análise por segmentos, apresentamos os seguintes destaques:

- » As Receitas de Geração apresentaram um crescimento de 15,7%, passando de R\$ 4.296 milhões no 1T16 para 4.969 milhões no 2T16. A receita de Suprimento passou de R\$ 3.055 milhões no 1T16 para R\$3.325 milhões no 2T16 em função, principalmente, do reconhecimento de estimativa de receita da CGTEE oriunda das liquidações financeiras na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O Repasse de Itaipu passou de um montante negativo de R\$ 148 milhões no 1T16 para um montante positivo de R\$ 11 milhões no 2T16, influenciado pelos efeitos da variação do dólar sobre a atualização monetária calculada com base nos índices de preços americanos *Commercial Price* e *Industrial goods*. A venda de energia no mercado de curto prazo passou de R\$ 256 milhões no 1T16 para R\$ 364 milhões no 2T16, devido, principalmente, a aumento do Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) no 2T16. A receita de fornecimento também apresentou crescimento de 14,3%, passando de R\$ 641 milhões no 1T16 para R\$ 733 milhões no 2T16, reflexo do crescimento da receita da Amazonas Energia Distribuição referente as usinas térmicas do sistema isolado. Já o volume total de energia vendida das empresas Eletrobras passou de 62 TWh no 1T16 para 60 TWh no 2T16. A Receita de construção passou de uma reversão de R\$ 18 milhões, no 1T16, para uma receita de R\$ 23 milhões no 2T16, mas sem efeito para o resultado uma vez que tem valor equivalente contabilizado ao custo de construção.
- » As Receitas de Transmissão apresentaram um crescimento de 2.150%, passando de R\$ 1.209 milhões no 1T16 para R\$ 27.214 milhões no 2T16, influenciadas, principalmente, pelo efeito da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), com impacto na receita de transmissão, na conta de atualização das taxas de retorno de Transmissão de R\$ 25.810 milhões. A receita de construção passou de R\$ 312 milhões no 1T16 para R\$ 474 milhões no 2T16, mas sem efeito para o resultado, uma vez que possui valor equivalente contabilizado como custo de construção.
- » As Receitas do Segmento de Distribuição apresentaram uma redução de 6,1%, passando de R\$ 2.514 milhões no 1T16 para R\$ 2.360 milhões no 2T16. A redução das receitas se deve, em grande medida, à queda das receitas de Fornecimento, que passaram de R\$ 2.287 milhões no 1T16 para R\$ 2.054 milhões no 2T16 devido, principalmente, a mudança de bandeira tarifária e a redução do consumo de energia devido ao cenário econômico. A quantidade de energia vendida passou de 4,3 TWh no 1T16



## Informe aos Investidores 2T16

para 4,2 TWh no 2T16. A Receita de construção passou de R\$ 157 milhões, no 1T16, para R\$ 215 milhões no 2T16, mas sem efeito para o resultado uma vez que tem valor equivalente contabilizado como custo de construção.

- A Energia Elétrica Comprada para Revenda apresentou um crescimento de 6,8%, passando de R\$ 2.169 milhões no 1T16 para R\$ 2.317 milhões no 2T16. Considerando que parte da Energia Elétrica Comprada para Revenda pelas distribuidoras é ressarcida pela CCC/CDE, conforme a Lei 12.111/2009, esse crescimento se deve, principalmente, à redução das recuperações de despesas por conta da CCC/CDE da Ceron, tendo em vista que o custo do MWh do contrato bilateral com a Termonorte II ficou abaixo do ACR médio, levando a empresa à uma apuração de reembolso negativo.

- Na conta de Uso da Rede Elétrica foi apurado uma redução de 1%. No 1T16, foi registrada uma despesa líquida de R\$ 405 milhões e, no 2T16, foi registrada uma despesa líquida de R\$ 401 milhões.

- Na conta de Combustível para produção de energia elétrica foi apurada uma redução de 110%. No 1T16, foi registrada uma despesa de R\$ 419 milhões, enquanto, no 2T16, foi registrada uma reversão de despesa de R\$ 43 milhões, devido, principalmente, a desativação de algumas usinas da Amazonas Energia que operavam com combustível, ao repasse de custos de combustível para locadores de usinas do sistema isolado e a diminuição da geração nas usinas térmicas das empresas Eletrobras em 2016, em especial UTE Santa Cruz, UTE Roberto Silveira, UTE Aparecida e UTE Mauá.

- No 2T16, a soma das contas de Pessoal, Material e Serviço (PMS) apresentou um crescimento de 12,4%, passando de R\$ 1.988 milhões no 1T16 para R\$ 2.234 milhões no 2T16. As contas de pessoal, material e serviços apresentaram, respectivamente, crescimento de 0,8%, 21,1% e 43,3%. A conta de Serviços cresceu passou de R\$ 511 milhões no 1T16 para R\$ 733 milhões no 2T16, influenciada, principalmente, pelas despesas com contratos para investigação interna.

	<b>2T16</b>	<b>1T16</b>	<b>%</b>
Pessoal	1.428	1.417	0,8%
Material	72	60	21,1%
Serviços	733	511	43,3%
<b>TOTAL PMS</b>	<b>2.234</b>	<b>1.988</b>	<b>12,4%</b>

- As Provisões Operacionais passaram de R\$ 3.013 milhões no 1T16 para R\$ 3.574 milhões no 2T16. No 2T16, as provisões operacionais foram influenciadas, principalmente, pelo *impairment* e pela provisão para contrato oneroso referente ao empreendimento da Usina Nuclear de Angra 3, que somam R\$ 4.092 milhões, vide notas explicativas 19 e 33 do 2ITR16. Essa Provisão foi parcialmente compensada pelo efeito líquido na Provisão para Contingência Judiciais, no montante de R\$ 596 milhões, causada, principalmente, pela reversão de Provisão relativa aos processos judiciais envolvendo empréstimo compulsório no valor de R\$ 1.010 milhões (vide nota explicativa 30 das Demonstrações Financeiras do 2ITR/2016).

**Disclaimer:**



## Informe aos Investidores 2T16

Consolidado	R\$ milhões	
	2T16	1T16
Garantias	11	5
Contingências	-596	2.949
PCLD - Consumidores e Revendedores	18	142
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	3	5
Passivo a Descoberto em Controladas	0	0
Contratos Onerosos (Item I.3)	1.622	-101
Perdas em Investimentos	1	0
<i>Impairment</i> (Item I.3)	2.348	0
Ajuste a Valor de Mercado	0	0
Outras	169	13
<b>Total Provisões Operacionais</b>	<b>3.574</b>	<b>3.013</b>

Nota: Os valores negativos da tabela acima indicam reversões de provisões.

- A Participação Societária registrou um crescimento de 106,6% resultante da contabilização de um montante positivo de R\$ 182 milhões no 1T16, para um montante positivo de R\$ 376 milhões no 2T16, com destaque para as participações societárias de Furnas, influenciado, principalmente, pelo melhora no resultado da SPE Madeira Energia que apresentou melhora em seu resultado, causada, principalmente, pela redução dos custos com energia comprada em função da repactuação do GSF (Lei 13.203/2015), da entrada em operação de novas turbinas e do reconhecimento pela Aneel de parte do pleito de "excludente de responsabilidade" pelo atraso na entrada em operação de algumas máquinas.

- O Resultado Financeiro líquido passou de uma despesa líquida de R\$ 1.345 milhões no 1T16 para uma despesa líquida de R\$ 1.232 milhões no 2T16, não apresentando variação relevante.

### Variações da DRE (1S16 x 1S15)

No 1S16, a Eletrobras registrou um Lucro líquido atribuído aos controladores de R\$ 8.824 milhões, contra prejuízo líquido atribuído aos controladores de R\$ 103 milhões no 1S15.

A Receita Operacional Líquida, no montante de R\$ 39.847 milhões apresentou, no 1S16, um crescimento de 137% em relação ao 1S15, quando foi registrado o montante de R\$ 16.826 milhões. Na análise por segmentos, apresentamos os seguintes destaques:

- » As Receitas de Geração apresentaram uma redução de 14,3%, passando de R\$ 10.806 milhões no 1S15 para R\$ 9.266 milhões no 1S16. Essa redução foi influenciada pela queda da receita de venda de energia no mercado de curto prazo, na CCEE, que passou de R\$ 1.644 milhões no 1S15 para R\$ 620 milhões no 1S16, fortemente influenciada pela queda do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) no 1S16. Contribuiu para a queda também a redução de 26,2% na receita de Fornecimento, influenciada pelos ajustes decorrentes da prorrogação dos contratos com os consumidores industriais da Chesf, com efeito somente a partir do segundo semestre de 2015 e pela desverticalização da Amazonas Energia, pois a energia elétrica vendida pela referida geradora, que antes era classificada como fornecimento, passou a ser contabilizada na conta de Suprimento da Amazonas GT. Houve também a redução do Repasse de Itaipu, que passou de um montante positivo de R\$ 106 milhões no 1S15 para um montante negativo de 136 milhões no 1S16, influenciado pelos efeitos da variação do dólar sobre a atualização monetária calculada com base nos índices de preços americanos *Commercial Price* e *Industrial goods*. O volume total de energia vendida das empresas Eletrobras passou de 122 TWh no

#### Disclaimer:

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



## Informe aos Investidores 2T16

1S15 para a 123 TWh no 1S16. A Receita de construção passou de R\$ 154 milhões no 1S15 para R\$ 5 milhões no 1S16, mas não tem efeito para o resultado do 1S16, pois tem valor equivalente contabilizado ao custo de construção.

- » As Receitas de Transmissão apresentaram um crescimento de 1098%, passando de R\$ 2.373 milhões no 1S15 para R\$ 28.424 milhões no 1S16, influenciadas, principalmente, pelo efeito da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), com impacto na receita de transmissão, na conta de atualização das taxas de retorno de Transmissão de R\$ 25.810 milhões. A Receita de operação e manutenção apresentou crescimento de 11,8%, passando de R\$ 1.313 milhões no 1S15 para R\$ 1.468 milhões no 1S16. A receita de construção passou de R\$ 651 milhões no 1S15 para R\$ 786 milhões no 1S16, sem efeito para o resultado pois possui valor equivalente contabilizado como custo de construção.
  - » As Receitas do Segmento de Distribuição apresentaram uma redução de 33,8%, passando de R\$ 7.365 milhões no 1S15 para R\$ 4.873 milhões no 1S16, em razão da desconsolidação da CELG-D. Desconsiderando as receitas da CELG D no 1S15, as receitas do segmento de distribuição apresentariam um crescimento de 36,6%, passando de R\$ 3.567 milhões no 1S15 para R\$ 4.874 milhões no 1S16. Esse crescimento foi influenciado pelo aumento de 37% na receita de fornecimento, que passou de R\$ 3.175 milhões (desconsiderando a CELG D) no 1S15 para R\$ 4.341 milhões no 1S16. O incremento verificado na receita de fornecimento se deve, principalmente, ao reajuste anual das tarifas e a implementação das bandeiras tarifárias, sendo que este último fato tem como contrapartida um aumento de encargos setoriais. A Receita de construção passou de R\$ 358 milhões, no 1S15, para R\$ 372 milhões no 1S16, mas sem efeito para o resultado uma vez que tem valor equivalente contabilizado como custo de construção. A quantidade de energia vendida passou de 8,47 TWh no 1S15 para 8,52 TWh no 1S16, sem variação, portanto, desconsiderando-se a CELG D no 1S15.
- A Energia Elétrica comprada para revenda apresentou uma redução de 28,3%, passando de R\$ 6.254 milhões no 1S15 para R\$ 4.486 milhões no 1S16. Excluindo os dispêndios da Celg D com a compra de energia para revenda, essa redução seria de 5,1% e o montante de R\$ 4.725 milhões no 1S15. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pelo registro dos efeitos do Fator de Ajuste do Risco Hidrológico (GSF), no 1S15, decorrente da Lei 13.203/15, o que foi menor no 1S16.
  - Na conta de Combustível para produção de energia elétrica, no 1S15, foi registrada uma despesa líquida de R\$ 935 milhões, enquanto que no 1S16 foi registrada uma despesa líquida de R\$ 377 milhões. O resultado do 1S15 foi impactado pela Resolução Normativa 679/2015 da ANEEL, de 1 de setembro de 2015, que alterou o critério de recebimento do reembolso do combustível, de forma a reduzir o prazo de recebimento desses recursos pelo fornecedor. No 1S16 o resultado foi impactado pela diminuição de geração nas usinas térmicas das empresas Eletrobras.
  - No 1S16, a soma das contas de Pessoal, Material e Serviço (PMS) apresentou um crescimento de 3,5%, passando de R\$ 4.077 milhões no 1S15 para R\$ 4.222 milhões no 1S16. As contas de pessoal, material e

**Disclaimer:**



## Informe aos Investidores 2T16

serviços apresentaram, respectivamente, crescimento de 7,9%, redução de 13,0% e 3,4%. Quando desconsiderados os gastos relativos a CELG D no 1S15, a soma das contas de Pessoal, Material e Serviços apresenta um crescimento de 14,7%, passando de R\$ 3.682 milhões no 1S15 para R\$ 4.222 milhões no 1S16. Sem a CELG D, a conta de Pessoal apresentou crescimento de 14,6%, passando de R\$ 2.483 milhões no 1S15 para R\$ 2.845 milhões no 1S16, influenciado pelo acordo coletivo de 2015, que somente passou a ter efeito após o 2S15. A conta de Serviços, sem a Celg D, apresentou crescimento de 17,9% passando de R\$ 1.056 milhões no 1S15 para R\$ 1.245 milhões no 1S16, devido principalmente à despesa com investigação interna, e a conta de material apresentou uma redução de 7,6%, passando de R\$ 143 milhões no 1S15 para R\$ 132 milhões no 1S16.

Consolidado	1S16 <sup>1</sup>	1S15 <sup>2</sup>	1S15 <sup>3</sup>	(%) com Celg D	(%) Sem Celg D
Pessoal	2.845	2.637	2.483	7,9%	14,6%
Material	132	152	143	-13,0%	-7,6%
Serviços	1.245	1.288	1.056	-3,4%	17,9%
<b>TOTAL PMS</b>	<b>4.222</b>	<b>4.077</b>	<b>3.682</b>	<b>3,5%</b>	<b>14,7%</b>

1. Não considera a CELG D, tendo em vista a desconsolidação da referida distribuidora a partir de 1T16.
2. Considera a CELG D, tendo em vista que a desconsolidação da referida distribuidora somente ocorreu a partir de 1T16.
3. Exclui efeito da CELG D, para comparabilidade dos períodos.

- As Provisões Operacionais passaram de uma provisão de R\$ 1.228 milhões no 1S15 para uma provisão de R\$ 6.588 milhões no 1S16. No 1S16, as provisões operacionais foram influenciadas, principalmente, pelo *impairment* e pela provisão para contrato oneroso referente ao empreendimento da Usina Nuclear de Angra 3, que somam R\$ 4.092 milhões; e (ii) Pela Provisão para Contingência Judiciais, no montante de R\$ 2.353 milhões, com destaque para a provisão relativa aos processos judiciais envolvendo empréstimo compulsório de R\$ 1.901 milhões (vide nota explicativa 30 das Demonstrações Financeiras do 2ITR/2016).

Consolidado	1S16	1S15
Garantias	15	12
Contingências	2.354	1.101
PCLD - Consumidores e Revendedores	160	253
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	9	08
Passivo a Descoberto em Controladas	0	0
Contratos Onerosos(item I.3)	1.521	-155
Perdas em Investimentos	0	48
<i>Impairment (item I.3)</i>	2.348	0
Ajuste a Valor de Mercado	0	0
Outras	181	-37
<b>Total Provisões</b>	<b>6.588</b>	<b>1.228</b>

- A Participação Societária apresentou um montante positivo de R\$ 36 milhões no 1S15 e um montante positivo de R\$ 558 milhões no 1S16. Essa variação foi ocasionada, principalmente, pelo resultado atípico no 1S15 das SPEs Madeira Energia (UHE Santo Antonio), e ESBR (UHE Jirau). O resultado dessas SPEs no 1S15 se deu, fundamentalmente, em razão da exposição hidrológica e a provisão para contingências em função da discussão com a ANEEL relativa ao "excludente de responsabilidade" no atraso da entrada em operação de algumas máquinas.

- O Resultado Financeiro Líquido passou de uma receita líquida de R\$ 330 milhões no 1S15 para uma despesa líquida de R\$ 2.577 milhões no 1S16. Essa variação deve-se, principalmente, ao término de recebimento de juros e atualizações, no 1S16, relacionados aos créditos indenizatórios da 1a tranche da

### Disclaimer:

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



### Informe aos Investidores 2T16

Lei nº 12.783/2013, refletido na conta de remuneração das indenizações, devido ao pagamento integral da referida tranche. Contribuiu também para a piora do resultado financeiro o aumento dos encargos de dívida, que passaram de R\$ 2.251 milhões no 1S15 para R\$2.991 milhões no 1S16, e o resultado da variação cambial líquida, que passou de uma receita líquida R\$ 242 milhões no 1S15 para uma despesa líquida de R\$ 362 milhões no 1S16.

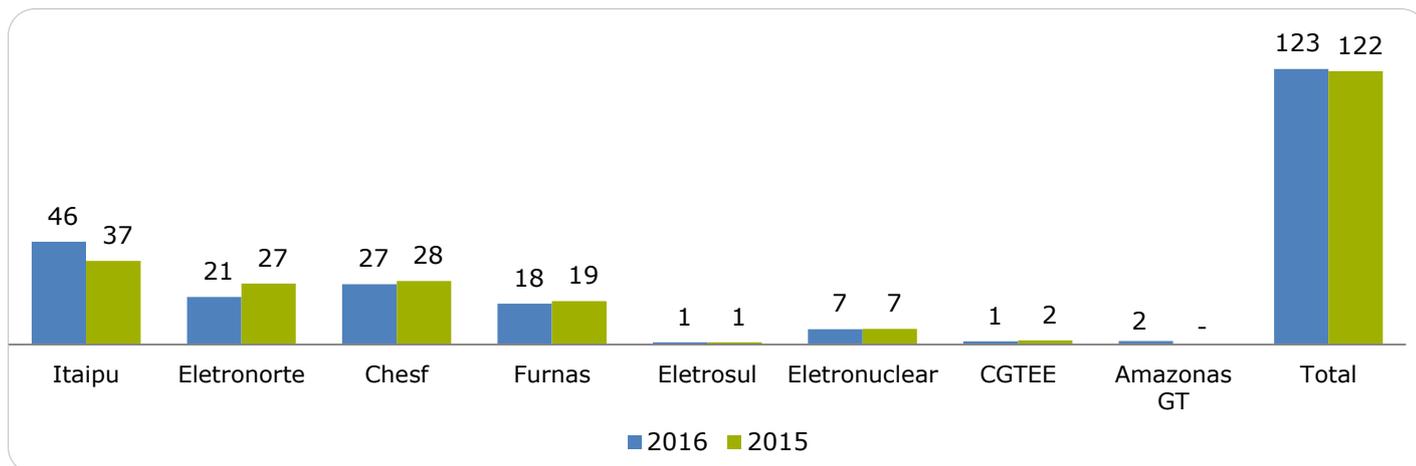
**Disclaimer:**

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.

## I.2 Venda de Energia

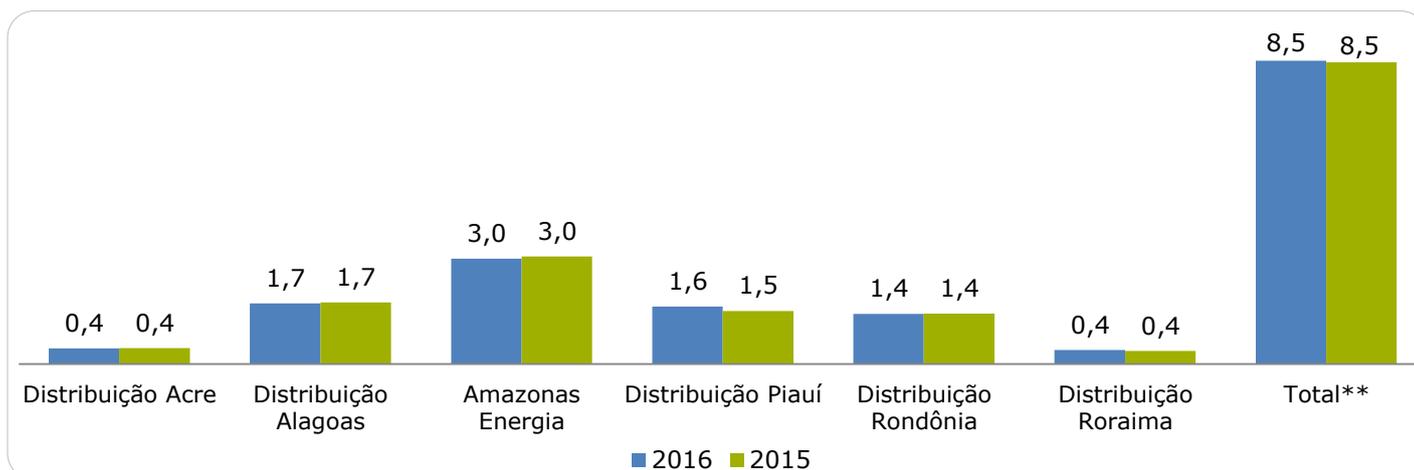
### I.2.1 Energia Vendida no 1S16 - Geradoras – TWh

Em termos de evolução do mercado de energia, as Empresas Eletrobras, no 1S16, venderam 123 TWh de energia, contra 122 TWh negociados no mesmo período do ano anterior, o que representa um Aumento de 1%.



### I.2.2 Energia Vendida no 1S16 - Distribuidoras – TWh

Em termos de evolução do mercado de energia, as Empresas Distribuidoras da Eletrobras, no 1S16, venderam 8,52 TWh de energia, contra 8,47 TWh negociados no mesmo período do ano passado, representando um aumento de 0,5%.



\*A Celg D passou a ser consolidada no Resultado da Eletrobras a partir de setembro de 2014 e a partir de janeiro de 2016 não está mais sendo consolidada. Este valores desconsideram, portanto, a energia elétrica referente a CELG D.

\*\* Considera apenas o mercado cativo.



## Informe aos Investidores 2T16

### I.3 Impairments e Contratos Onerosos

Impairment	Acumulado				
	2016	2015	1S16	2T16	1T16
<b>Geração</b>	<b>11.219</b>	<b>8.804</b>	<b>2.414</b>	<b>2.414</b>	<b>0</b>
Angra 3	8.478	6.064	2.414	2.414	0
Samuel	418	418	0	0	0
Simplício	383	383	0	0	0
Batalha	559	559	0	0	0
Outros	1.381	1.381	0	0	-7
<b>Transmissão</b>	<b>1.241</b>	<b>1.307</b>	<b>-66</b>	<b>-66</b>	<b>0</b>
<b>Distribuição</b>	<b>518</b>	<b>518</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>12.978</b>	<b>10.629</b>	<b>2.348</b>	<b>2.348</b>	<b>0</b>

Contratos Onerosos	Saldo Consolidado		Movimentação em 2016*	
	2016	2015	2T16	1T16
<b>Transmissão</b>				
Contrato 062/2001	614	729	-57	-58
LT Camaçari IV - Sapeaçu	95	99	-6	2
Outros	50	67	-24	6
	<b>759</b>	<b>896</b>	<b>-87</b>	<b>-50</b>
<b>Geração</b>				
Camaçari	81	80	-4	4
Funil	80	84	-2	-2
Coaracy Nunes	228	228	0	0
Marimbondo	71	80	-4	-4
Angra 3	1.677	0	0	1.677
Outros	124	130	-3	-3
	<b>2.261</b>	<b>602</b>	<b>-13</b>	<b>1.672</b>
<b>Distribuição</b>				
Intangível	0	0	0	0
			0	0
<b>TOTAL</b>	<b>3.019</b>	<b>1.498</b>	<b>-101</b>	<b>1.622</b>

\*A tabela considera um aumento de R\$50 milhões do contrato oneroso do intangível da Amazonas Energia, que não transita no resultado da Companhia.

### I.4 EBITDA Consolidado

EBITDA	1S16	1S15	2T16	1T16
Resultado do Exercício	8.896	-290	12.791	-3.894
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	8.985	611	8.911	74
+ Resultado Financeiro	2.577	-330	1.232	1.345
+ Amortização e Depreciação	886	926	451	435
<b>= EBITDA</b>	<b>21.344</b>	<b>917</b>	<b>23.385</b>	<b>-2.041</b>

**Disclaimer:**

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



## Informe aos Investidores 2T16

### I.4.1 EBITDA das Empresas Controladas\*

No 2T16, a soma do EBITDA das Empresas subsidiárias da Eletrobras foi positiva no valor de R\$ 22.689 milhões, que representa um aumento de 2862% frente ao EBITDA positivo de R\$ 766 milhões do 1T16.

No 1S16, o EBITDA das Empresas subsidiárias da Eletrobras foi positivo no valor de R\$ 23.455 milhões.

EBITDA				R\$ milhões		
Empresa	1S16	1S15*	%	2T16	1T16	(%)
Eletronorte	4.003	593	431%	3.223	712	353%
Chesf	8.697	99	8696%	8.697	0,3	2557715%
Furnas	13.409	593	2159%	13.032	377	3359%
Eletronuclear	-3.512	297	-1282%	-3.799	288	-1421%
Eletrosul	1.680	-21	-8147%	1.554	125	1140%
CGTEE	-62	-89	-31%	97	-158	-161%
Amazonas G&T	-49	0	-	5	-55	-109%
<b>Subtotal</b>	<b>24.166</b>	<b>1.472</b>	<b>1386%</b>	<b>22.808</b>	<b>1.289</b>	<b>1670%</b>
Distribuidoras	-642	96	-697%	-120	-523	-77%
<b>Total</b>	<b>23.455</b>	<b>1.568</b>	<b>1257%</b>	<b>22.689</b>	<b>766</b>	<b>2862%</b>

\* O resultado do 1S15 foi ajustado para não considerar a Celg D, para manter a comparabilidade entre os períodos.

MARGEM EBITDA						
Empresa	1S16	1S15*	p.p	2T16*	1T16	p.p
Eletronorte	71,7%	24,8%	46,8	58,7%	58,0%	0,7
Chesf	84,1%	5,4%	78,7	84,1%	0,0%	84,1
Furnas	86,9%	19,4%	67,6	84,5%	29,3%	55,2
Eletronuclear	-275,1%	30,6%	-305,6	-297,6%	45,3%	-342,9
Eletrosul	75,0%	-2,7%	77,7	69,4%	33,6%	35,8
CGTEE	-25,3%	-50,9%	25,5	39,6%	-1163,0%	1.202,6
Amazonas G&T	-31,5%	-	-	3,3%	-83,3%	86,6
<b>Subtotal</b>	<b>68,5%</b>	<b>16,6%</b>	<b>52,0</b>	<b>64,9%</b>	<b>28,9%</b>	<b>36,0</b>
Distribuidoras	-16,4%	1,7%	-18,2	-3,1%	-27,2%	24,1
<b>Total</b>	<b>60,0%</b>	<b>10,8%</b>	<b>49,3</b>	<b>58,1%</b>	<b>12,0%</b>	<b>46,1</b>

EBITDA = Resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, conforme determinação da segue a Instrução 527/12 da CVM.

p.p. = pontos percentuais

Fonte: Demonstrações Financeiras apresentadas no Anexo a este documento.

\* O resultado do 1S15 foi ajustado para não considerar a Celg D, para manter a comparabilidade entre os períodos

### I.6 Dívida Líquida

Dívida Líquida			R\$ milhões	
	1S16		2015	
Financiamentos a pagar sem RGR	39.328		40.521	
(-) (Caixa e Equivalente de caixa + Títulos e Valores Mobiliários)	7.471		8.432	
(-) Financiamentos a Receber sem RGR	11.899		15.353	
(-) Saldo líquido do Ativo Financeiro de Itaipu*	1.697		2.621	
<b>Dívida Líquida</b>	<b>18.261</b>		<b>14.116</b>	

\*Vide item II.2 "a.1".

#### Disclaimer:

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.

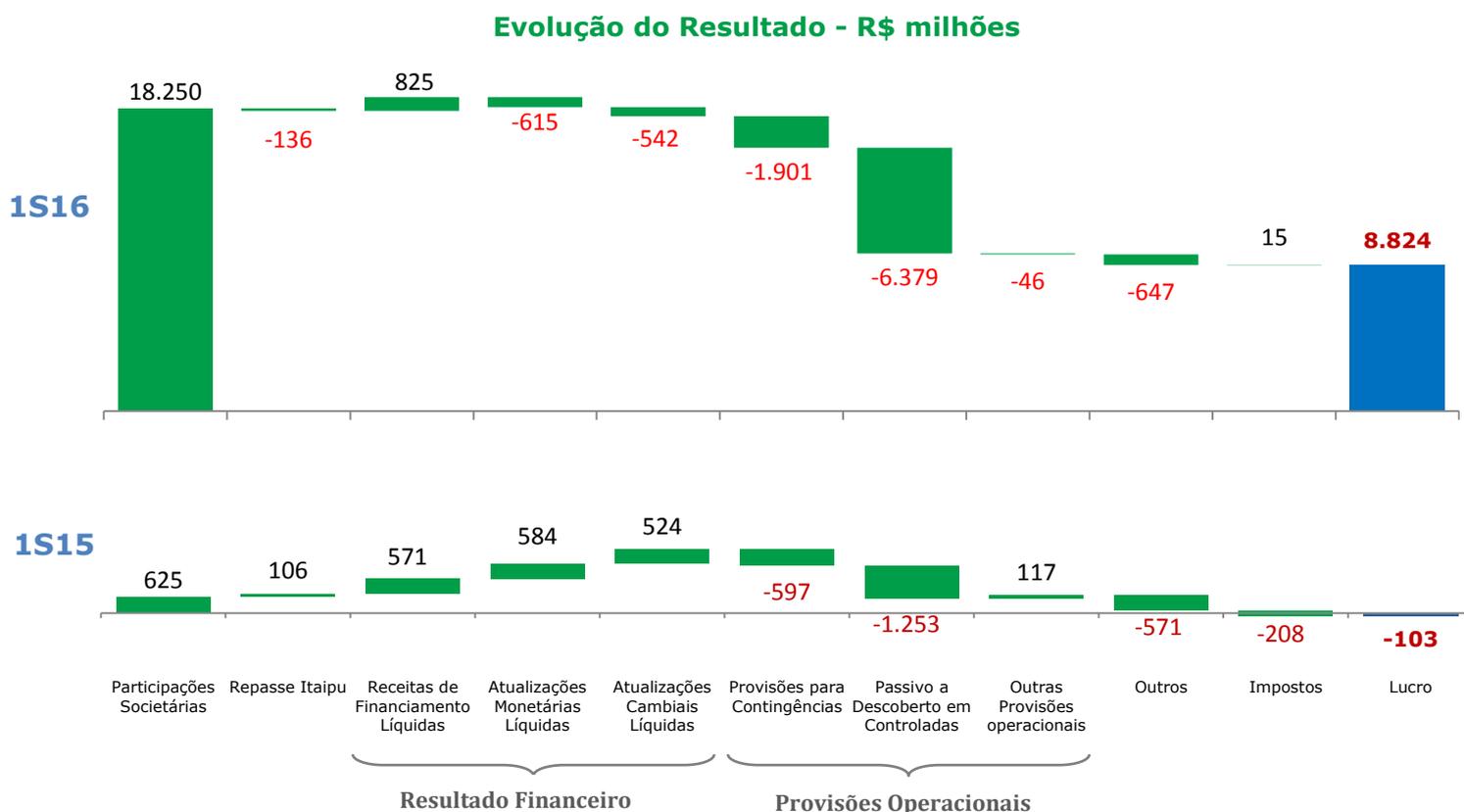
## II. Análise do Resultado da Controladora

A Eletrobras apresentou, no resultado de 2T16, Lucro líquido de R\$ 12.722 milhões, em comparação ao prejuízo líquido de R\$ 3.898 milhões registrado no 1T16.

A Eletrobras apresentou, no resultado de 1S16, Lucro líquido de R\$ 8.824 milhões, em comparação ao prejuízo líquido de R\$ 103 milhões registrado no 1S15.

Esse resultado do 1S16 foi decisivamente influenciado por: (i) Resultado de Participações Societárias, de R\$ 18.250 milhões, influenciado, principalmente, pelo efeito da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE); (ii) Passivo a descoberto em controladas no montante de R\$ 6.379 milhões, em especial das distribuidoras da Eletrobras e da Eletronuclear; (iii) Provisões para contingências judiciais, no montante de R\$ 1.901 milhões, decorrente, principalmente, das provisões relativas aos processos judiciais de empréstimo compulsório (Vide Nota explicativa número 30 das Demonstrações Financeiras do 2ITR16); e (iv) Variação cambial líquida negativa no montante de R\$ 542 milhões.

O gráfico a seguir apresenta um comparativo do resultado da Eletrobras holding no primeiro semestre de 2016 e 2015.



Nota: A análise dos resultados de cada subsidiária encontra-se no anexo.



## Informe aos Investidores 2T16

### II.1 Participações Societárias da Eletrobras

No 2T16, o resultado de Participações Societárias impactou de forma positiva o resultado da Companhia em R\$ 17.388 milhões, decorrente da avaliação dos investimentos societários, devido, principalmente, ao resultado da Equivalência Patrimonial das empresas controladas, influenciado, principalmente, pelo efeito da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE).

No 1S16, o resultado de Participações Societárias impactou de forma positiva o resultado da Companhia em R\$ 18.250 milhões, resultado superior ao resultado de Participações Societárias de R\$ 625 milhões positivos registrados no 1S15, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ milhões			
	Controladora			
	2T16	1T16	1S16	1S15
<b>Investimentos em controladas</b>				
Equivalência patrimonial	17.000	722	17.722	401
<b>Investimentos em coligadas</b>				
Juros sobre o capital próprio	0	0	0	0
Equivalência patrimonial	339	51	391	110
<b>Outros investimentos</b>				
Juros sobre o capital próprio	1	0	1	02
Dividendos	43	18	61	36
Remuneração dos investimentos em parcerias	0	0	0	10
Rendimentos de capital – ITAIPU	5	70	75	66
	<b>49</b>	<b>88</b>	<b>137</b>	<b>114</b>
<b>Total</b>	<b>17.388</b>	<b>861</b>	<b>18.250</b>	<b>625</b>

### II.2. Comercialização de Energia Elétrica da Controladora

#### a. Itaipu Binacional

RESULTADO FINANCEIRO DE ITAIPU				R\$ milhões
	2T16	1T16	1S16	
Venda de Energia Contrato Itaipu + CCEE	2.683	2.916	5.599	
Receita Originária do Direito de Ressarcimento	- 298	-434	-732	
Outros	-33	64	31	
<b>Total Receita</b>	<b>2.352</b>	<b>2.546</b>	<b>4.898</b>	
Compra de Energia Contrato Itaipu + CCEE	- 2.733	-3.230	-5.964	
Despesa Originária da Obrigação de Ressarcimento	196	286	483	
Repasse Itaipu	366	384	750	
Outros	-170	-133	-303	
<b>Total Despesas</b>	<b>-2.341</b>	<b>-2.692</b>	<b>-5.034</b>	
<b>ROL - Repasse de Itaipu</b>	<b>11</b>	<b>-148</b>	<b>-136</b>	

**Disclaimer:**



## Informe aos Investidores 2T16

RESULTADO DE ITAIPU (Índices de preços)	R\$ milhões		
	2T16	1T16	1S16
Receita Originária do Direito de Ressarcimento	-298	-434	-732
+ Resultado Cambial	-492	-529	-1.021
<b>Resultado originário do Direito de Ressarcimento (RD)</b>	<b>-790</b>	<b>-963</b>	<b>-1.753</b>
-Despesa Originária da Obrigação de Ressarcimento	-196	-286	-483
+ Resultado Cambial	-324	-349	-673
<b>Resultado originário das Obrigações de ressarcimento (RO)</b>	<b>-520</b>	<b>-635</b>	<b>-1.156</b>
<b>Saldo: RD – RO</b>	<b>-269</b>	<b>-328</b>	<b>-597</b>

### a.1 Ativo Financeiro Itaipu Binacional

(vide nota explicativa 17.1.1 das Demonstrações Financeiras do 2ITR/2016)

Conforme Lei 11.480/2007, a partir de 2007, foi retirado o fator de ajuste, calculado com base nos índices de preços americanos *Commercial Price* e *Industrial goods*, dos contratos de financiamento celebrados entre Eletrobras e Itaipu Binacional e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos. Como decorrência, foi editado o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, regulamentando a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, incluído anualmente, a partir de 2008, na tarifa de repasse, praticada pela Companhia, preservando o fluxo de recursos de recebíveis originalmente estabelecido nos contratos de financiamentos.

Os valores referente ao fator anual de reajuste são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia e serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

O saldo decorrente do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inserido na rubrica Ativo (Passivo) Financeiro de Itaipu, apresentado no Ativo Circulante R\$ 691 milhões e no Ativo Não Circulante R\$ 4.223 milhões, monta R\$ 4.914 milhões, em 30 de junho de 2016, dos quais R\$ 3.217 milhões, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional, em 1999, conforme Medida Provisória 1755-9 de 14 de dezembro de 1998.

Assim, tendo em vista que o Ativo Financeiro de Itaipu é uma remuneração decorrente do contrato financiamento concedido pela Eletrobras à Itaipu, o montante do Ativo Financeiro a ser recebido pela Eletrobras está sendo considerado, como desconto, no cálculo da Dívida Líquida.

### II.3 Resultado Financeiro

No 1S16, o Resultado Financeiro impactou de forma negativa o resultado da Controladora em R\$ 331 milhões, resultado pior que o resultado financeiro positivo do 1S15 de R\$ 1.678 milhões. Essa variação é

**Disclaimer:**



## Informe aos Investidores 2T16

explicada, principalmente, pelo menor resultado da variação cambial aplicável ao financiamento a receber de Itaipu em dólar.

No 2T16, o Resultado Financeiro impactou de forma negativa o resultado da Controladora em R\$ 179 milhões, conforme demonstrado a seguir:

RESULTADO FINANCEIRO	R\$ milhões			
	2T16	1T16	1S16	1S15
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas de juros, comissões e taxas	839	879	1.718	1.407
Receita de aplicações financeiras	157	182	340	218
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	6	14	19	126
Atualizações monetárias	-322	-293	-615	584
Variações cambiais	-275	-267	-542	524
Outras receitas financeiras	57	83	140	64
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas	-577	-593	-1.170	-1.130
Encargos de arrendamento mercantil	0	0	0	0
Encargos sobre recursos de acionistas	-39	-7	-46	-13
Outras despesas financeiras	-27	-149	-176	-100
	<b>-179</b>	<b>-152</b>	<b>-331</b>	<b>1.678</b>

Os principais indexadores dos contratos de financiamentos e de repasses apresentaram as seguintes variações nos períodos:

### Evolução da variação do IGP-M e do Dólar (%)

	2T16	1T16	1S16
Dólar	-9,81%	-8,86%	-17,80%
IGPM	2,71%	2,97%	5,76%

	2T15	1T15	1S15
Dólar	-3,29%	-8,86%	16,81%
IGPM	2,27%	2,97%	4,33%

### II.4 Provisões Operacionais

No 1S16, as Provisões Operacionais impactaram de forma negativa o resultado da Controladora em R\$ 8.326 milhões, frente a R\$ 1.733 milhões no 1S15. Essa variação é explicada, principalmente, pelo Passivo a descoberto em subsidiárias, no montante de R\$ 6.379 milhões.

No 2T16, as Provisões Operacionais impactaram de forma negativa o resultado da Controladora em R\$ 3.999 milhões, também influenciadas, principalmente, pelo Passivo a descoberto em subsidiárias, conforme demonstrado a seguir:

**Disclaimer:**



## Informe aos Investidores 2T16

R\$ milhões

Provisões Operacionais	Controladora			
	1S16	1S15	2T16	1T16
Garantias	15	12	10	5
Contingências	1.901	597	-997	2.898
PCLD - Consumidores e Revendedores	0	0	0	0
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	9	8	4	5
Passivo a descoberto em Controladas	6.379	1.253	4.961	1.418
Contratos Onerosos	0	0	0	0
Perdas em Investimentos	0	48	1	-1
<i>Impairment</i>	-1	0	-1	0
Ajuste a Valor de Mercado	0	0	0	0
Outras	22	-185	20	2
	<b>8.326</b>	<b>1.733</b>	<b>3.999</b>	<b>4.327</b>

### III. Informações Gerais

#### Carteira de Financiamentos à Receber e à Pagar

##### a. Financiamentos e Empréstimos Concedidos

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia, além de recursos setoriais e de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras e decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 8,27% ao ano.

Os financiamentos e empréstimos concedidos na controladora, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 36% do total da carteira (42% em 31 de dezembro de 2015). Já os que preveem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 64% do saldo da carteira (58% em 31 de dezembro de 2015).

Os valores de mercado desses ativos são próximos aos seus valores contábeis, visto serem operações específicas do setor e formadas, em parte, através de recursos de Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação ao valor de mercado.

A redução no saldo de recebíveis de empréstimos no 2T16 deve-se, principalmente, à variação cambial apurada sobre os empréstimos concedidos à Itaipu, decorrente da desvalorização do dólar frente ao real quando comparadas as cotações de fechamento de junho de 2016 e dezembro de 2015. O dólar variou negativamente em cerca de 18%.

**Disclaimer:**

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



## Informe aos Investidores 2T16

As parcelas de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos, baseados nos fluxos de caixa previstos contratualmente, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	R\$ milhões						
	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
Controladora	3.446	4.402	4.279	4.186	4.062	5.930	26.305
Consolidado	1.793	1.984	2.017	1.912	2.052	1.214	11.052

### b. Financiamentos e Empréstimos a Pagar

As dívidas são garantidas pela União e/ou pela Eletrobras, estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2016 é de 9,60% a.a. (9,40% a.a. em 2015), e possuem o seguinte perfil:

	Controladora				Consolidado			
	30.06.2016		31.12.2015		30.06.2016		31.12.2015	
	Saldo em R\$ milhões	%						
<b>Moeda Estrangeira</b>								
USD	9.129	34%	11.109	37%	9.140	20%	11.122	24%
USD com Libor	2.482	9%	3.257	11%	2.858	6%	3.729	8%
EURO	210	1%	252	1%	210	0%	252	1%
IENE	138	1%	179	1%	138	0%	179	0%
Outros	0	0%	0	0%	2	0%	2	0%
<b>Subtotal</b>	<b>11.958</b>	<b>45%</b>	<b>14.797</b>	<b>49%</b>	<b>12.346</b>	<b>27%</b>	<b>15.283</b>	<b>33%</b>
<b>Moeda Nacional</b>								
CDI	6.516	25%	6.516	22%	12.393	28%	11.411	25%
IPCA	0	0%	0	0%	621	0%	533	1%
TJLP	0	0%	0	0%	7.248	16%	6.594	14%
SELIC	2.090	8%	2.284	8%	2.271	5%	2.636	6%
Outros	0	0%	0	0%	3.984	9%	3.288	7%
<b>Subtotal</b>	<b>8.606</b>	<b>32%</b>	<b>8.800</b>	<b>29%</b>	<b>26.517</b>	<b>59%</b>	<b>24.462</b>	<b>53%</b>
<b>Não indexado</b>	<b>5.937</b>	<b>22%</b>	<b>6.439</b>	<b>21%</b>	<b>6.200</b>	<b>14%</b>	<b>6.653</b>	<b>14%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>26.501</b>	<b>100%</b>	<b>30.036</b>	<b>100%</b>	<b>45.063</b>	<b>100%</b>	<b>46.398</b>	<b>100%</b>

A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos tem seu vencimento assim programado:

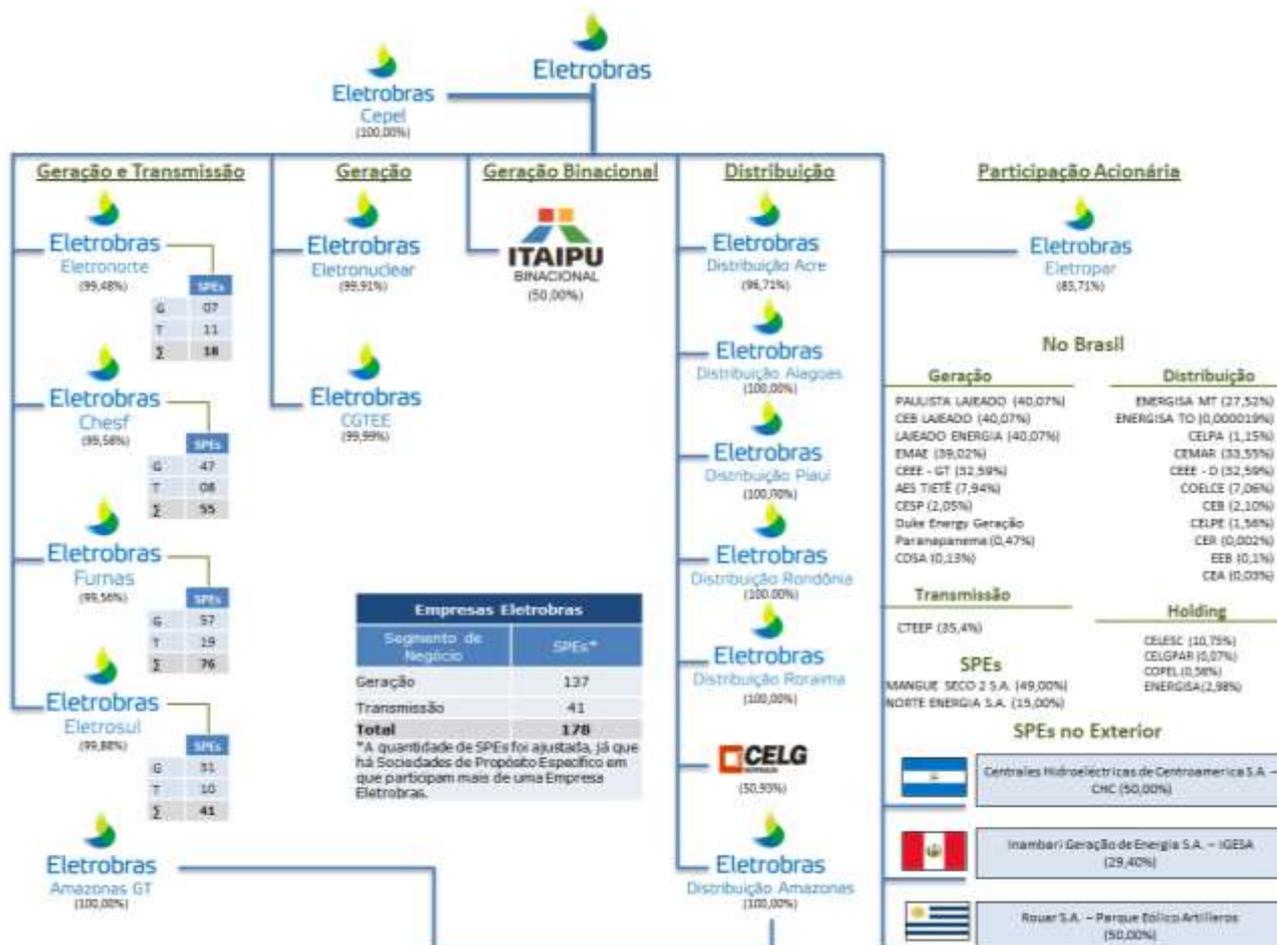
	R\$ milhões						
	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total
Controladora	1.590	2.419	4.793	1.683	7.136	5.780	23.400
Consolidado	2.840	5.268	6.633	2.852	8.072	14.362	40.027

**Disclaimer:**

**Ratings**

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Último Relatório
Moody's Issuer Rating	Ba3 (Negativo)	25/02/2016
S&P LT Local Currency	BB (Negativo)	19/05/2016
S&P LT Foreign Currency	BB (Negativo)	19/05/2016
Fitch LT Local Currency Issuer	BB- (Negativo)	10/05/2016
Fitch LT Foreign Currency Issuer	BB- (Negativo)	10/05/2016

**Organograma da Eletrobras**



**Disclaimer:**

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



## Informe aos Investidores 2T16

### Investimentos

R\$ milhões

NATUREZA DOS INVESTIMENTOS	Orçado*	Realizado	
	2016	1S16	(%)
<b>Geração</b>	<b>7.352,9</b>	<b>2.737,8</b>	<b>37,2</b>
Expansão Corporativa	4.531,8	704,8	15,6
Expansão SPEs	2.409,6	1.942,8	80,6
Manutenção	411,6	90,2	21,9
<b>Transmissão</b>	<b>3.736,6</b>	<b>1.238,9</b>	<b>33,2</b>
Expansão Corporativa	2.349,6	651,3	27,7
Expansão SPEs	920,4	440,1	47,8
Manutenção	466,5	147,5	31,6
<b>Distribuição</b>	<b>1.781,2</b>	<b>392,4</b>	<b>22,0</b>
Expansão Corporativa	1.395,5	278,7	20,0
Manutenção	385,7	113,7	29,5
<b>Outros (Pesquisa, Infraestrutura e Qualidade ambiental)</b>	<b>1.064,9</b>	<b>207,2</b>	<b>19,5</b>
<b>Total</b>	<b>13.935,6</b>	<b>4.576,3</b>	<b>32,8</b>

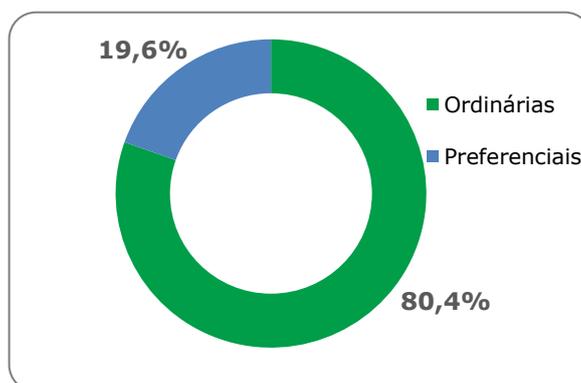
\* Orçamento para 2016 alterado conforme Decreto de 25/02/2016.

### Capital Social

#### Estrutural do Capital Social

Em 30 de junho de 2016 o capital da Eletrobras apresentava a seguinte composição:

Acionistas	Ordinárias		Pref. Classe "A"		Pref. Classe "B"		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>União Federal</b>	554.395.652	51%			1.544	0%	554.397.196	41%
<b>BNDESpar</b>	141.757.951	13%			18.691.102	7%	160.449.053	12%
<b>BNDES</b>	74.545.264	7%			18.262.671	7%	92.807.935	7%
<b>FND</b>	45.621.589	4%				0%	45.621.589	3%
<b>CEF</b>	8.701.564	1%				0%	8.701.564	1%
<b>FGHAB</b>	1.000.000	0%				0%	1.000.000	0%
<b>FGI</b>	261.028.277	24%	146.920	100%	228.481.566	86%	489.656.763	36%
<b>Total</b>	1.087.050.297	100%	146.920	100%	265.436.883	100%	1.352.634.100	100%



#### Disclaimer:

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



## Informe aos Investidores 2T16

### Análise do Comportamento dos Ativos

#### Ações

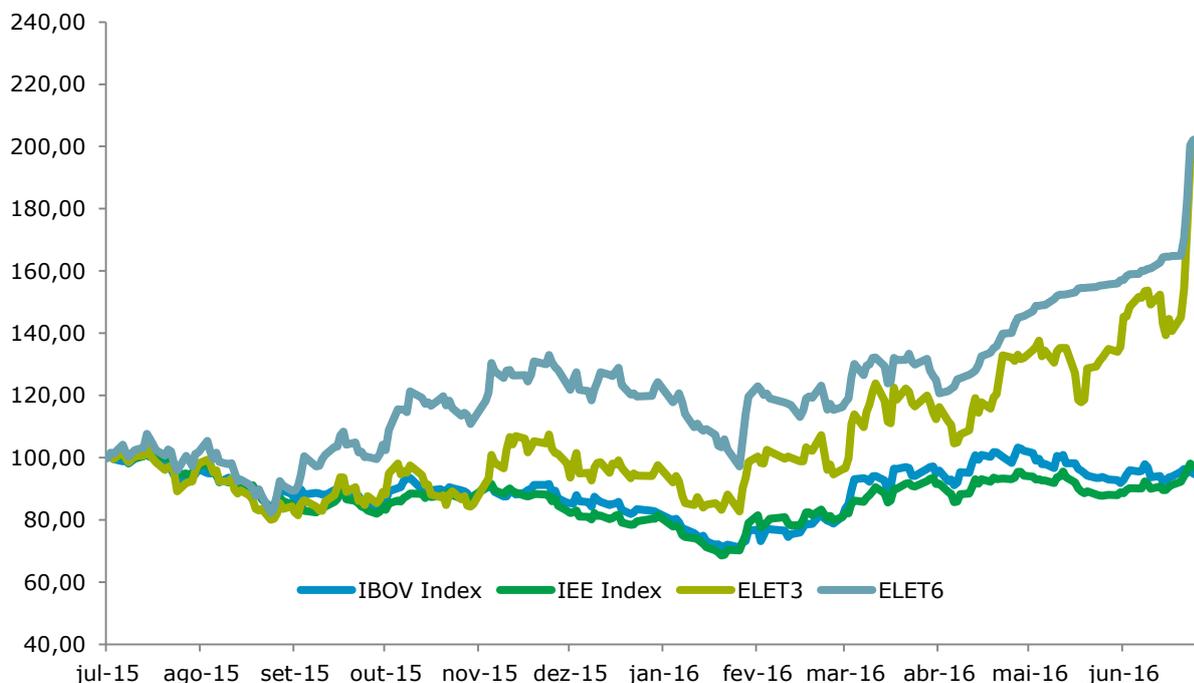
##### ELET3 - Ações Ordinárias da Eletrobras

No segundo trimestre de 2016, as ações ordinárias da Eletrobras (ELET3) apresentaram uma valorização de 93,67 %, fechando a R\$ 12,84. A mais alta cotação foi de R\$ 13,20, registrada em 28 de junho, e a mais baixa R\$ 6,17, registrada em 6 de abril, considerando valores ex-dividendo. O volume de negociação médio diário no período foi de 2,94 milhões de ações e o volume financeiro médio diário foi de R\$ 25,53 milhões.

##### ELET6 - Ações Preferenciais da Eletrobras

No segundo trimestre de 2016, as ações preferenciais da Eletrobras (ELET6) apresentaram uma valorização de 67,71 %, fechando a R\$ 17,61. A mais alta cotação foi de R\$ 18,68, registrada em 28 de junho, e a mais baixa R\$ 10,14, registrada em 6 de abril, considerando valores ex-dividendo. O volume de negociação médio diário no período foi de 2,05 milhões de ações e o volume financeiro médio diário foi de R\$ 27,15 milhões.

#### Evolução das Ações Negociadas na BM&FBOVESPA



Número índice 01/07/2015 = 100 e valores ex-dividendo.

#### Disclaimer:

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



## Informe aos Investidores 2T16

### Programas de ADR – OTC (Over the Counter)

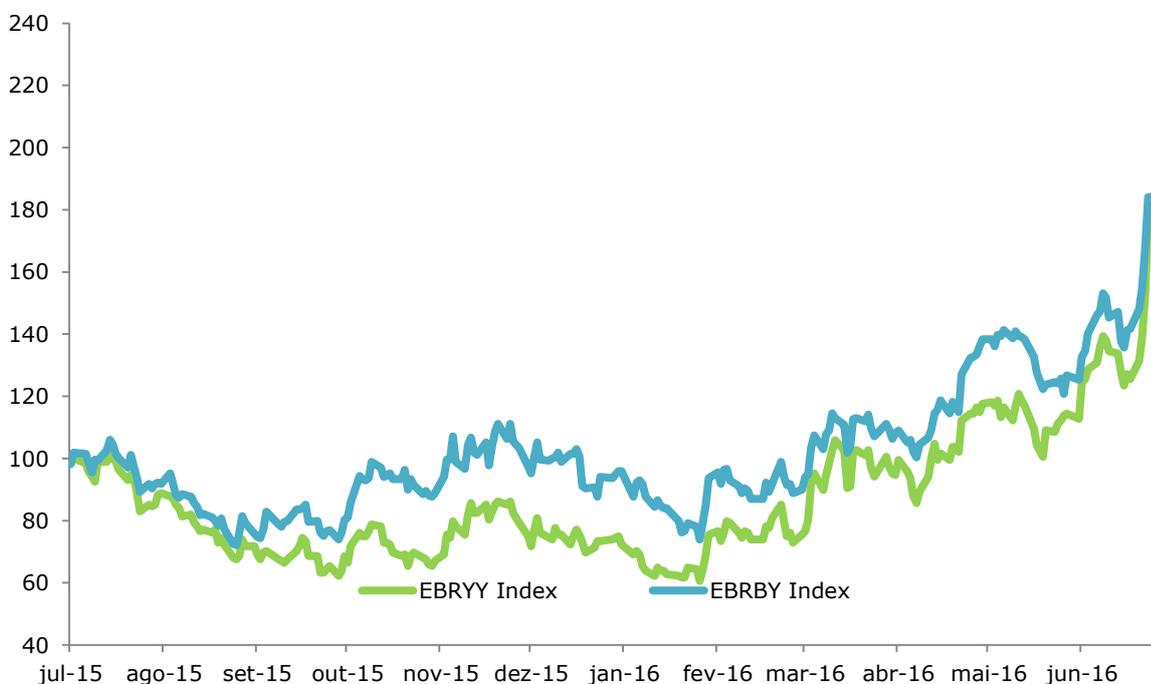
#### EBRY - Ações Ordinárias da Eletrobras

No segundo trimestre de 2016, os ADRs de ações ordinárias da Eletrobras apresentaram uma valorização de 121,35%, fechando a U\$ 3,94. A mais alta cotação foi de U\$ 3,94, registrada em 30 de junho, e a mais baixa U\$ 1,61, registrada em 7 de abril, considerando valores ex-dividendo. O volume de negociação médio diário no período foi de 0,96 milhão de ações. O saldo de ADRs correspondente a essas ações no final do trimestre foi de 41,1 milhões.

#### EBRBY - Ações Preferenciais da Eletrobras

No segundo trimestre de 2016, os ADRs de ações preferenciais da Eletrobras apresentaram uma valorização de 84,19%, fechando a U\$ 5,36. A mais alta cotação foi de U\$ 5,73, registrada em 29 de junho, e a mais baixa U\$ 2,70, registrada em 7 de abril, considerando valores ex-dividendo. O volume de negociação médio diário no período foi de 0,15 milhão de ações. O saldo de ADRs correspondente a essas ações no final do trimestre foi de 19,0 milhões.

### Evolução das Ações Negociadas na ADR



Número índice 30/06/2015 = 100

**Disclaimer:**

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



## Informe aos Investidores 2T16

### Latibex - Bolsa de Madri

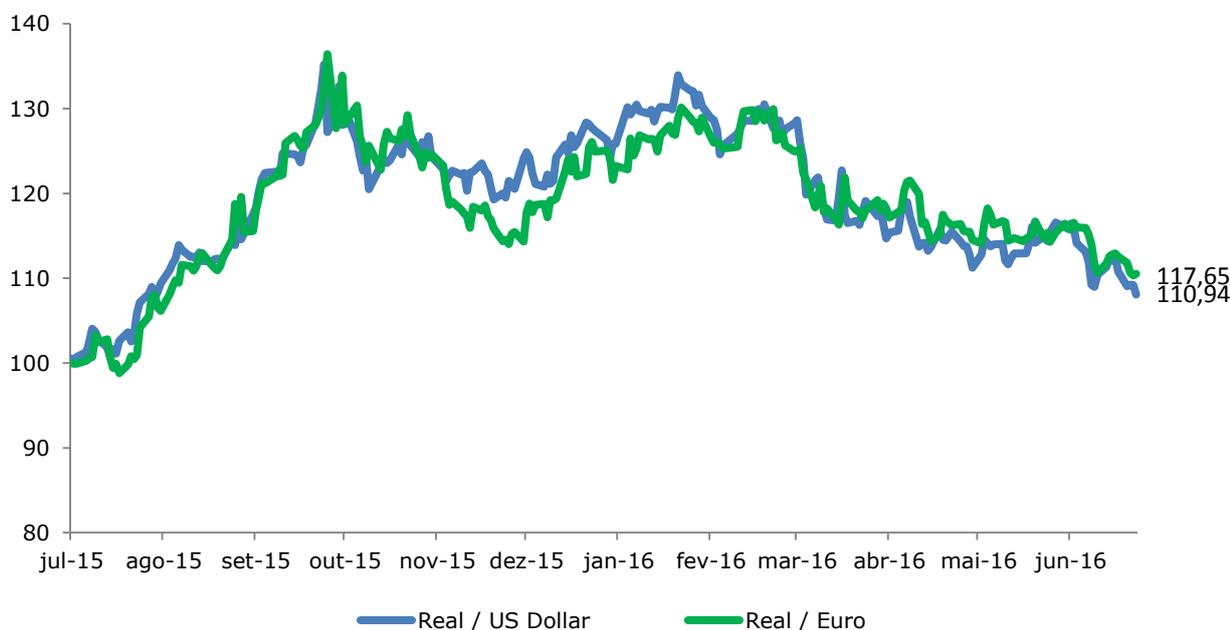
#### XELTO - Ações Ordinárias da Eletrobras

No segundo trimestre de 2016, as ações ordinárias do programa Latibex apresentaram uma valorização de 103,67 %, fechando a € 3,33. A mais alta cotação foi de € 3,33, registrada em 29 de junho, e a mais baixa € 1,48, registrada em 7 de abril, considerando valores ex-dividendo. O volume de negociação médio diário no período foi de 8,4 mil ações.

#### XELTB - Ações Preferenciais da Eletrobras

No segundo trimestre de 2016, as ações preferenciais do programa Latibex apresentaram uma valorização de 74,86%, fechando a € 4,59. A mais alta cotação foi de € 4,59, registrada em 30 de junho, e a mais baixa € 2,38, registrada em 7 de abril, considerando valores ex-dividendo. O volume de negociação médio diário no período foi de 4,7 mil ações.

### Evolução das Moedas Estrangeiras



Número índice 30/06/2015 = 100.

**Disclaimer:**

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



## Informe aos Investidores 2T16

### Nº de empregados

#### Controladora

#### Por tempo

Tempo de trabalho na empresa (anos)	2T16	1T16
Até 5	133	172
6 a 10	455	391
11 a 15	196	204
16 a 20	25	31
21 a 25	6	16
mais de 25	199	205
<b>Total</b>	<b>1.014</b>	<b>1.019</b>

#### Por região

Estado da Federação	2T16	1T16
Rio de Janeiro	959	962
São Paulo	0	0
Paraná	0	0
Rio Grande do Sul	0	0
Brasília	55	57
<b>Total</b>	<b>1.014</b>	<b>1.019</b>

#### Mão-de-obra Contratada / Terceirizada

1T16	2T16
0	0

#### Índice de Rotatividade (Holding)

2T16
0,24%

**Disclaimer:**

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



## Informe aos Investidores 2T16

### Parcerias Diretas em SPEs – Controladora

#### Geração

SPE	Usina	Total do Investimento R\$ milhões	Capacidade Instalada MW	Energia Assegurada MW Médio	Energia Gerada MWh	
					1T16	2T16
Norte Energia SA	UHE		11.233,1	4.571,0	0	1.100.654,40
Eólica Mangue Seco 2	UEE	119,4	26	12,06	14.579	17,699
Rouar S.A.	EOL	US\$ 101,7 MM	65,1	65,1	37.911,92	36.945,44

Usina	Participação (%)	Localização (Estado)	Início da Construção	Início da Operação	Fim da Operação
Norte Energia S.A	15,0	PA	Jun/11	Abr/16	Ago/45
Eólica Mangue Seco 2	49	RN	mai/10	set/11	jun/32
Rouar SA	50	Uruguai - Departamento de Colônia	Set/2013	Dez/14	20 anos*

#### Transmissão

Empreendimento	Objeto (De-Para)	Participação (%)	Investimento (R\$ milhões)	Extensão das linhas (Km)	Tensão (kV)	Início da Operação	Término da Concessão
Interligação Elétrica Brasil / Uruguai	Interligação Elétrica Brasil / Uruguai *	LT 230 kV LT 525 kV	100% Eletrosul	60	02 km em 230 kV e 60 em 525 kV	230 525	Jun/16

Empreendimento	Objeto	Total do Investimento (R\$ milhões)*	Capacidade de Transformação (MVA)	Localização	Início da Operação	Término da Concessão
Interligação Elétrica Brasil / Uruguai*	SE Candiota - 525/230 kV	80	672 MVA +1 R 224 MVA	RS	Jun/16	-

\*SE associada à LT.

**Disclaimer:**

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



## Informe aos Investidores 2T16

### Notas:

#### 1. Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Em 2014 foi deflagrada a chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas responsáveis, principalmente, por obras no setor de infraestrutura no Brasil.

Em razão das notícias divulgadas na imprensa em 2015 em conexão com tal Operação, envolvendo empresas que também prestam serviços para a Eletrobras Termonuclear S.A. – Eletronuclear (“Eletronuclear”) (UTN Angra 3), controlada da Eletrobras, e para determinadas sociedades de propósito específico nas quais a Eletrobras ou suas controladas detêm participação, o Conselho de Administração da Eletrobras decidiu pela contratação de um escritório com a expertise necessária para conduzir uma investigação independente com o intuito de avaliar a eventual existência de irregularidades que violem o Foreign Corruption Practice Act (FCPA), a Lei anti-corrupção brasileira e/ou o código de ética da Eletrobras em determinados empreendimentos, tendo o escritório de advocacia Hogan Lovells sido contratado em 10 de junho de 2015 com essa finalidade.

Tal investigação independente é supervisionada por uma Comissão Independente para Gestão da Investigação, cuja criação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras em 31 de julho de 2015, com a finalidade de garantir a independência dos trabalhos desenvolvidos pelo escritório Hogan Lovells. Esta Comissão é composta pela Dra. Ellen Gracie Northfleet, ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, pelo Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, e pelo Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas, representante dos acionistas minoritários.

Ainda sobre a Operação Lava-Jato, importa mencionar que em 29 de abril de 2015, em razão de notícias que tratavam de um suposto esquema de corrupção, o então Diretor-Presidente da Eletronuclear, Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, solicitou seu licenciamento e em 04 de agosto de 2015 renunciou ao cargo. O Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva foi condenado, em primeira instância, pelo juiz da 7ª Vara Federal Criminal, a 43 anos de prisão, pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, embaraço às investigações, evasão de divisas e participação em organização criminosa. A sentença em questão não implica no encerramento da investigação independente conduzida pelo escritório Hogan Lovells, contratado pela Eletrobras, a qual continua em curso. A Eletrobras participa desta ação penal na qualidade de assistente de acusação.

Quanto à construção da Usina de Angra 3, importa mencionar que a Eletronuclear suspendeu os contratos de montagem eletromecânica e de obra civil, tendo o consórcio ANGRAMON proposto uma ação requerendo a rescisão de seu contrato. Tal ação não teve antecipação de tutela deferida e tampouco sentença proferida.

Outrossim, em decorrência de notícias citando o suposto envolvimento do então Diretor da Eletrobras Eletronorte, controlada da Eletrobras, o Sr. Adhemar Palocci, e do então Diretor de Geração da Eletrobras, Sr. Valter Luiz Cardeal, na prática de supostos atos ilícitos em conexão com a Operação Lava-Jato, em 31 de julho de 2015 ambos solicitaram licença de seus cargos como diretores da Eletronorte e Eletrobras, respectivamente, e no dia 05 de agosto de 2015 o Sr. Valter Luiz Cardeal

#### **Disclaimer:**

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



## Informe aos Investidores 2T16

solicitou licença também dos Conselhos de Administração das empresas CGTEE, Amazonas GT e Eletrosul, todas controladas da Eletrobras. Os Srs. Adhemar Palocci e Valter Luiz Cardeal, que inicialmente foram afastados de suas funções, foram substituídos, em definitivo, de suas funções de diretores da Eletronorte e Eletrobras, respectivamente, bem como dos Conselhos de Administração das empresas investidas não controladas pela Eletrobras e subsidiárias. O Sr. Adhemar Palocci, por ser empregado da subsidiária Furnas, continua como empregado das Empresas Eletrobras, até apuração de todos os fatos.

Em 06 de julho de 2016 a Polícia Federal deflagrou a operação denominada "Pripyat" no qual a Polícia Federal cumpriu mandados de prisão, concedidos pelo Exmo. Sr. Juiz da 7ª Vara Federal da Comarca do Rio de Janeiro, contra ex-administradores e administradores que já se encontravam afastados da Eletronuclear e contra terceiros.

Os mandados de prisão expedidos foram contra os ex-diretores da Eletronuclear, Srs. Othon Pinheiro da Silva e Pérsio José Gomes Jardim, bem como contra os administradores e funcionários da Eletronuclear Srs. Luiz Antônio de Amorim Soares, Edno Negrini, Luiz Manuel Amaral Mesias e José Eduardo Brayner Costa Mattos, que já estavam afastados da Eletronuclear, por decisão tomada pelo Conselho de Administração da Companhia anteriormente e que, recentemente, também foram desligados da Eletronuclear.

No âmbito de Operação denominada "Pripyat", a Polícia Federal também cumpriu mandados de condução coercitiva para prestar depoimentos e esclarecimentos contra empregada afastada da Eletronuclear, contra terceiros e também contra os Senhores Valter Luiz Cardeal, e Pedro Figueiredo, então Presidente da Eletronuclear, que foi afastado na mesma data, do referido cargo, por decisão judicial, tendo tal afastamento tornado-se definitivo por decisão da Assembleia Geral de Acionistas da Eletronuclear em 29 de junho de 2016, que elegeu o empregado, Sr. Bruno Campos Barretto, como Presidente.

Não obstante a decisão judicial condenatória pelo juiz da 7ª Vara Federal Criminal, a investigação independente conduzida pelo escritório Hogan Lovells, contratado pela Eletrobras, continua em curso, e, na medida em que os referidos trabalhos evoluírem e, caso conduzam a achados e produzam informações e dados suficientes para que a Companhia avalie, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos, a eventual ocorrência de impactos sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, será dado aos mesmos o tratamento legal e regulamentar pertinente.

Atualmente, como as ações relacionadas à investigação ainda estão em andamento, não foi possível identificar e refletir no 2T16 eventuais impactos, se houver, relacionados a este tema.

## **2. Arquivamento Formulário 20-F**

Os trabalhos de investigação em curso, conduzidos pelo Hogan Lovells, ainda não estão substancialmente completos, portanto, as informações disponíveis não são suficientes para que a Companhia avalie, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América, a eventual ocorrência de impactos sobre as Demonstrações Financeiras. Não obstante os esforços da Companhia e a dedicação de todos os recursos financeiros, de pessoal e de terceiros, o cronograma da investigação em referência foi fortemente impactado por dificuldades enfrentadas na investigação de determinadas Sociedades de



## Informe aos Investidores 2T16

Propósito Específico nas quais a Eletrobras detém participação acionária minoritária devido às limitações decorrentes da legislação societária brasileira, assim como, a dificuldade de acesso a depoimentos e delações premiadas, mantidas sob sigilo, no âmbito da operação "Lava Jato".

A Companhia vem envidando todos os esforços para desenvolver procedimentos e metodologias, de forma endereçar, satisfatoriamente, o assunto.

Por não ter ocorrido o arquivamento tempestivo do formulário 20F de 2014 da Eletrobras, a NYSE suspendeu em 18 de maio de 2016 a autorização para a negociação dos American Deposit Shares ("ADS") emitidos pela Companhia junto à NYSE (ticker EBR e EBR-B), enquanto está em curso o processo de deslistagem.

Durante o período de suspensão, os ADS estão sendo negociados no mercado Over the Counter ("OTC"), com os tickers EBRBY e EBRY.

Em 02 de junho de 2016, a Eletrobras apresentou o formulário "Request for Review" junto à NYSE, com os temas que pretende contemplar no recurso a ser apresentado no âmbito do processo de deslistagem dos American Deposit Shares ("ADS") emitidos pela Companhia. Em 2 de agosto de 2016, foi apresentado o "Brief on Appeal", com o desenvolvimento dos temas a serem apresentados, pela Eletrobras, na audiência de recurso, agendada pela NYSE para 13 de outubro de 2016.

Caso a decisão definitiva da NYSE seja pela deslistagem, a Eletrobras poderá alterar seu Programa de ADSs para que os referidos ADs possam continuar sendo negociados no mercado Over the Counter – OTC.

Em qualquer caso, a Eletrobras continuará trabalhando para que a investigação em curso seja concluída de forma independente e para apresentar seus Formulários 20-F de 2014 e 2015, na forma requerida pela legislação pertinente.

### **3. Rede Básica Sistema Existente – RBSE :**

Conforme verificado neste informe, o resultado do 1S16 e do 2T16 foi decisivamente influenciado por diversas variáveis, destacando-se (i) o reconhecimento contábil das receitas financeiras relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente – RBSE, com impacto na receita de transmissão, na conta Atualização das Taxas de Retorno de Transmissão, de R\$ 25.810 milhões; e (ii) Provisão de IRPJ/CSLL referente à mencionada receitas, no montante de R\$ 8.775 milhões.

Entretanto, acerca da contabilização dos referidos créditos, cabe esclarecer o que segue, de modo que o mercado esteja devidamente informado acerca do assunto:

1. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Normativa números 589/2013 definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE);
2. De acordo com a Resolução Normativa 589/2013, as controladas abaixo apresentaram à ANEEL, seus laudos de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de

**Disclaimer:**



### Informe aos Investidores 2T16

2000 (“Laudo de Avaliação”), para fins do processo de remuneração das instalações da denominada Rede Básica Sistema Existente – RBSE prevista no Artigo 15, §2º da Lei 12.783/13.

#### Laudo de Avaliação

Companhia	Data	R\$ mil
Eletrosul	14/07/2015	1.060.632
Chesf	06/03/2015	5.627.200
Furnas	21/05/2015	10.699.000
Eletronorte	03/09/2015	2.926.000

3. Os valores contábeis eram mantidos até o 1T16 pelo custo histórico dos gastos relacionados a investimentos, ampliações e/ou melhorias em certos ativos das concessões prorrogadas, conforme estão demonstrados a seguir:

Descritivo	Chesf	Eletronorte	Eletrosul	Furnas	CGTEE	Total
Transmissão						
Rede Básica - Serviços existentes (RBSE)	1.187.029	1.732.910	513.455	4.530.060	-	7.963.454

4. A ANEEL, até a data do 2T16, homologou os créditos das controladas Eletrosul, Chesf e Furnas, conforme as regras da Resolução Normativa 589/2013, na data base de 31 de dezembro de 2012, conforme abaixo:

#### Homologação ANEEL

Companhia	Data	R\$ mil
Eletrosul	14/07/2015	1.007.043
Furnas	15/12/2015	8.999.520
Chesf	03/08/2016	5.092.384

5. Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento dos créditos relativos aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente - RBSE e demais Instalações de Transmissão - RPC, não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.
6. De acordo com a Portaria MME 120/2016, a remuneração desses ativos se dará pela seguinte forma:

- (i) Pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017, sendo

**Disclaimer:**



## Informe aos Investidores 2T16

que a remuneração será dada através do Custo Médio Ponderado de Capital e a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado a Base de Remuneração Regulatória;

(ii) O custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário será atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio;

(iii) A partir do processo tarifário de 2017, o custo de capital será remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos.

7. Desta forma, em 30 de junho de 2016, a Companhia efetuou sua estimativa dos valores atualizados dos referidos créditos, considerando as condições da Portaria MME120/2016, e efetuou o registro contábil de tais estimativas, conforme Nota Explicativas número 2.1 do 2T16. No caso da Eletronorte, que ainda não tinha os valores pleiteados homologados pela Aneel, até o fechamento do 2IT16, foi considerado como melhor estimativa da Administração o laudo preliminar de fiscalização emitido pela ANEEL.

8. Previamente à contabilização em referência no 2T16, devido à complexidade envolvida e a relevância dos valores, o assunto foi debatido junto as demais companhias do setor elétrico afetadas, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica, Comissão de Valores Mobiliários, Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, Abraconee – Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica e também junto aos respectivos auditores independentes.

Ante ao todo exposto, a Companhia esclarece que a contabilização em referência foi realizada com base nas melhores estimativas da Companhia, a partir dos debates realizados e considerando a sua interpretação no que se refere à Portaria MME 120/2016, visando refletir em suas demonstrações financeiras, a sua mais adequada situação patrimonial e de resultado. Entretanto, a Eletrobras informa ao mercado que o entendimento da Companhia acerca do assunto poderá ser revisado em decorrência de eventual regulamentação ou ato, em sentido diferente, que porventura venha a ser praticado pela Aneel, inclusive no âmbito do processo tarifário de 2017 - quando serão iniciados o pagamento dos referidos créditos – ou pela Receita Federal do Brasil.

## **4. Impairment e Contrato Oneroso da Usina Nuclear Angra III**

### 4.1 Impairment

As Empresas Eletrobras, conforme CPC 01 e IAS 36, testam anualmente os seus ativos de longa duração, dos segmentos de transmissão, geração e distribuição de energia elétrica, através da comparação do fluxo de caixa descontado com o ativo imobilizado. O valor registrado de *impairment* pode ser revertido no futuro caso ocorra alteração na unidade geradora de caixa testada.



## Informe aos Investidores 2T16

Considerando que o empreendimento da Usina Nuclear de Angra 3, a partir de 2013, passou a ter a sua data de operação adiada, gerou-se um “trigger” para que a realização do teste de *impairment* passasse a ser calculado a cada trimestre.

Considerando que a Companhia revisou o orçamento total do empreendimento Angra 3, em razão de nova postergação da data prevista para início da operação da Usina Nuclear Angra 3, que passou a ser dezembro de 2022, em 30 de junho de 2016, a Companhia reconheceu em seu ativo, na rubrica de Imobilizado, *impairment* adicional no valor de R\$ 2.414.479. O valor acumulado referente à provisão de valor recuperável da Usina Nuclear Angra 3, em 30 de junho de 2016, corresponde a R\$ 8.477.433 (R\$ 6.063.454 em 31 de dezembro de 2015).

Esclarecemos que o aumento do orçamento total foi principalmente influenciado pelos custos diretos de manutenção mínima da obra, durante a paralização da obra da usina nuclear de Angra 3, projeção de novos contratos que poderão ter que ser relicitados e também taxas de câmbio, bem como pelos custos indiretos de financiamentos, que originalmente teriam carência de juros e principal até a entrada em operação da Usina.

A taxa de desconto utilizada para o texto de *impairment* de Angra 3, desde de 2014, é diferente dos demais empreendimentos das Empresas Eletrobras, devido as especificidades da Usina, em especial no que se refere às dívidas com custos mais baratos.

A tarifa utilizada em todos os testes é a contratual de R\$ 148,65/MWh, data base de setembro de 2009, que atualizada monta o valor de R\$ 234,18/MWh. Existe pleito da Eletronuclear junto à Aneel para revisão desta tarifa, o que, se deferido, permitirá reversão de parte do *impairment* realizado.

As premissas utilizadas para mensuração da estimativa estão apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

### 4.2 Contrato Oneroso

Considerando que com o *impairment* realizado acima, o VPL do fluxo de caixa da Usina ficou negativo, a Companhia, em 30 de junho de 2016, reconheceu também um valor excedente a este ativo de R\$ 1.677.269, como provisão de contrato oneroso.

## **5. Distribuidoras Eletrobras:**

A transferência do controle acionário das subsidiárias Companhia Energética do Piauí – CEPISA; Companhia Energética de Alagoas – CEAL; Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE; Centrais Elétricas de Rondônia S.A – CERON; Boa Vista Energia S.A; e Amazonas Distribuidora de Energia S.A, doravante denominadas “Distribuidoras”, conforme aprovado pela 165ª Assembleia Geral Extraordinária, deverá ocorrer de forma associada à licitação das concessões de distribuição, nos termos do §1ª-A do artigo 8º da Lei 12.783/2013, com a nova redação dada pela Medida Provisória 735, de 22 de junho de 2016.

Por se tratarem de empresas estatais federais, a transferência dos controles acionários das Distribuidoras deverá observar as regras do Plano Nacional de Desestatização (“PND”), em especial a Lei



### Informe aos Investidores 2T16

nº 9.491 de 9 de setembro de 1997, competindo ao Conselho Nacional de Desestatização (“CND”) aprovar a modalidade operacional a ser aplicada a cada desestatização.

As Distribuidoras foram também incluídas no Programa de Parcerias de Investimentos (“PPI”), criado pela Medida Provisória 727/2016, com vistas a facilitar a desestatização.

Em 3 de agosto de 2016, foram editadas as Portarias dos Ministério de Minas e Energia números 420, 421, 422, 423, 424 e 425, nomeando, respectivamente, as Distribuidoras Amazonas Distribuidora de Energia S.A; Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE; Centrais Elétricas de Rondônia S.A – CERON; Companhia Energética do Piauí – CEPISA; Companhia Energética de Alagoas – CEAL; e Boa Vista Energia S.A, como responsáveis pela prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, de forma temporária, com vistas a garantir a continuidade do serviço, nos termos do artigo 9º, parágrafo primeiro, da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2016.

De acordo com as referidas Portarias, até que haja a transferência dos controles acionários das Distribuidoras ou até 31 de dezembro de 2017, o que ocorrer primeiro, as Distribuidoras prestarão os referidos serviços de distribuição, de forma temporária, mediante recebimento de remuneração adequada, nos termos da Portaria MME 388 de 26 de julho de 2016 e artigo 9 da Lei 12.783/2016, conforme aprovado pela 165ª Assembleia Geral Extraordinária.

Os reajustes tarifários das Distribuidoras ocorrerão de modo ordinário com periodicidade anual, exceto nos anos em que ocorra as respectivas Revisões Tarifárias, que estão previstas para ocorrer, segundo as mencionadas Portarias, em 31 de agosto de 2017.

De acordo com o parágrafo quarto do artigo 9º da Lei 12.783/2016, as Distribuidoras, durante o período de prestação de serviços de forma temporária, poderão aplicar os resultados homologados das revisões e reajustes tarifários, bem como contratar e receber recursos de Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e Reserva Global de Reversão - RGR, nos termos definidos pela Aneel.

Sem prejuízo da decisão da 165ª Assembleia Geral Extraordinária, no sentido de que a Eletrobras não poderá aportar recursos, a qualquer título, nas Distribuidoras, durante o período de prestação de serviços de forma temporária, a Eletrobras, na qualidade de acionista controlador, continua consolidando as referidas Distribuidoras no 2T16, de acordo com as regras contábeis em vigor, tendo em vista que os elementos relativos à transferência dos respectivos controles acionários ainda não foram definidos, em conformidade com as regras do PND.



Informe aos Investidores 2T16

**Balanco Patrimonial**

Ativo	Controladora		R\$ mil Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalente de caixa	664.339	691.719	1.031.244	1.393.973
Caixa restrito	1.685.356	647.433	1.685.356	647.433
Títulos e valores mobiliários	4.083.644	3.454.526	6.239.175	6.842.774
Clientes	410.445	379.214	4.443.974	4.137.501
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	0	371.007	0	965.212
Financiamentos e empréstimos	7.371.054	6.820.948	2.847.096	3.187.226
Conta de Consumo de Combustível - CCC	196.308	195.966	196.308	195.966
Remuneração de participações societárias	359.977	255.468	271.618	309.360
Tributos a recuperar	296.856	373.962	643.438	716.651
Imposto de Renda e Contribuição Social	873.323	928.743	1.172.481	1.475.598
Direito de ressarcimento	0	0	1.405.719	2.265.242
Almoxarifado	263	360	594.296	631.669
Estoque de combustível nuclear	0	0	402.453	402.453
Indenizações - Lei 12.783/2013	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivativos	0	0	72.602	21.307
Risco Hidrológico	0	0	159.114	195.830
Ativos mantidos para venda	0	0	4.333.424	4.623.785
Outros	566.812	239.811	1.775.251	1.425.416
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>16.508.377</b>	<b>14.359.157</b>	<b>27.273.549</b>	<b>29.437.396</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>				
Direito de ressarcimento	0	0	10.314.852	8.238.140
Financiamentos e empréstimos	26.304.890	30.277.797	11.051.956	14.400.394
Clientes	100.912	125.383	1.885.921	1.833.457
Títulos e valores mobiliários	198.648	191.763	200.547	194.990
Estoque de combustível nuclear	0	0	736.121	578.425
Tributos a recuperar	0	0	2.739.311	2.623.186
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.645.382	1.645.382	1.933.910	3.067.591
Cauções e depósitos vinculados	2.754.968	2.204.685	6.035.411	5.079.707
Conta de Consumo de Combustível - CCC	10.774	13.331	10.774	13.331
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	2.856.153	3.078.559	55.197.177	28.416.433
Instrumentos financeiros derivativos	0	0	68.936	25.004
Adiantamentos para futuro aumento de Capital	514.783	189.493	1.501.010	1.215.532
Risco Hidrológico	0	0	511.824	598.161
Reembolso FUNAC	0	0	0	0
Outros	2.046.767	2.116.312	845.514	1.487.335
	<b>36.433.277</b>	<b>39.842.705</b>	<b>93.033.264</b>	<b>67.771.686</b>
INVESTIMENTOS	59.114.533	40.813.087	24.210.728	21.954.530
IMOBILIZADO	195.663	148.246	27.616.493	29.546.645
INTANGÍVEL	0	0	913.971	935.151
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>95.743.473</b>	<b>80.804.038</b>	<b>145.774.456</b>	<b>120.208.012</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>112.251.850</b>	<b>95.163.195</b>	<b>173.048.005</b>	<b>149.645.408</b>

**Disclaimer:**

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



Informe aos Investidores 2T16

R\$ mil

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.12.15	30.06.16	31.12.15
<b>CIRCULANTE</b>				
Financiamentos e empréstimos	3.101.262	2.572.745	5.036.671	4.224.448
Debêntures	0	0	13.650	357.226
Passivo financeiro	0	0	0	0
Empréstimo compulsório	49.910	57.630	49.910	57.630
Fornecedores	422.678	416.126	11.707.981	10.128.507
Adiantamento de clientes	608.338	593.404	668.842	648.236
Tributos a recolher	173.183	280.637	1.458.823	1.556.578
Imposto de Renda e Contribuição Social	402.132	196.000	677.599	581.344
Remuneração aos acionistas	39.388	42.478	40.487	84.076
Passivo financeiro - Concessões e Itaipu	1.412.915	0	747.446	0
Obrigações estimadas	122.021	109.497	1.081.566	1.018.788
Obrigações de Ressarcimento	803.813	299.632	1.078.413	396.208
Benefício pós-emprego	12.098	22.557	100.763	114.861
Provisões para contingências	595.286	543.345	675.350	590.725
Encargos Setoriais	0	0	702.094	695.400
Arrendamento mercantil	0	0	135.914	132.972
Concessões a pagar - Uso do bem Público	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivativos	19.004	18.860	19.117	20.608
Passivos associados a ativos mantidos para venda	284.393	412.225	5.033.654	5.575.009
Outros	120.995	123.133	2.036.077	1.917.027
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>8.167.416</b>	<b>5.688.269</b>	<b>31.264.357</b>	<b>28.099.643</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Financiamentos e empréstimos	23.400.044	27.463.707	40.026.559	42.173.812
Créditos do Tesouro Nacional	0	0	0	0
Fornecedores	0	0	9.624.153	9.449.421
Debêntures	0	0	188.581	205.248
Adiantamento de clientes	0	0	623.456	659.082
Empréstimo compulsório	465.295	466.005	465.295	466.005
Obrigações para desmobilização de ativos	0	0	1.242.516	1.201.186
Provisões operacionais	0	0	0	0
Conta de Consumo de Combustível - CCC	478.919	452.948	478.919	452.948
Provisões para contingências	11.888.639	8.901.900	16.675.740	13.556.129
Benefício pós-emprego	230.885	252.966	1.953.421	1.858.824
Provisão para passivo a descoberto	14.163.827	7.793.798	261.137	257.907
Contratos onerosos	0	0	3.010.303	1.489.292
Obrigações de ressarcimento	0	0	2.567.527	2.483.378
Arrendamento mercantil	0	0	1.075.986	1.119.183
Concessões a pagar - Uso do bem Público	0	0	61.257	59.644
Adiantamentos para futuro aumento de capital	1.264.979	219.294	1.264.979	219.294
Instrumentos financeiros derivativos	0	0	53.743	78.521
Encargos Setoriais	0	0	529.453	462.195
Tributos a recolher	20.874	181.991	981.107	900.309
Imposto de Renda e Contribuição Social	341.111	733.289	8.257.670	1.003.796
Outros	890.454	917.014	1.661.449	1.710.369
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>53.145.027</b>	<b>47.382.912</b>	<b>91.003.251</b>	<b>79.806.543</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital social	31.305.331	31.305.331	31.305.331	31.305.331
Reservas de capital	13.867.170	26.048.342	13.867.170	26.048.342
Reservas de lucros	0	0	0	0
Ajustes de avaliação patrimonial	35.301	39.452	35.301	39.452
Lucros (prejuízos) acumulados	8.832.474	-12.181.172	8.832.474	-12.181.172
Outros resultados abrangentes acumulados	-3.222.242	-3.113.481	-3.222.242	-3.113.481
Valores reconhecidos em ORA classificados como mantidos para venda	121.373	-6.458	121.373	-6.458
Participação de acionistas não controladores	0	0	-159.010	-352.792
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>50.939.407</b>	<b>42.092.014</b>	<b>50.780.397</b>	<b>41.739.222</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>112.251.850</b>	<b>95.163.195</b>	<b>173.048.005</b>	<b>149.645.408</b>

**Disclaimer:**

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



## Informe aos Investidores 2T16

### Demonstração do Resultado

R\$ mil

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	30.06.15	30.06.16	30.06.15
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.632.637</b>	<b>1.618.362</b>	<b>39.846.679</b>	<b>16.825.743</b>
<b>Custos Operacionais</b>				
Energia comprada para revenda	-1.802.455	-1.394.881	-4.485.913	-6.253.719
Encargos sobre uso da rede elétrica	0	0	-806.979	-872.477
Construção	0	0	-1.162.613	-1.163.082
Combustível para produção de energia elétrica	0	0	-376.555	-935.329
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>-1.802.455</b>	<b>-1.394.881</b>	<b>-6.832.060</b>	<b>-9.224.607</b>
<b>Despesas Operacionais</b>				
Pessoal, Material e Serviços	-403.451	-236.040	-4.221.673	-4.077.312
Remuneração e ressarcimento	0	0	-192.370	-206.189
Depreciação	-2.572	-2.646	-761.184	-697.496
Amortização	0	0	-124.334	-228.129
Doações e contribuições	-86.361	-81.598	-115.839	-102.775
Provisões/Reversões operacionais	-8.326.133	-1.733.370	-6.587.269	-1.228.444
Plano de readequação do quadro de pessoal	0	0	0	0
Outras	-121.108	-368.020	-1.112.155	-1.105.453
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>-9.109.443</b>	<b>-2.198.193</b>	<b>19.899.795</b>	<b>-44.662</b>
<b>Resultado Financeiro</b>				
<b>Receitas Financeiras</b>				
Receitas de juros, comissões e taxas	1.718.386	1.406.945	349.763	573.989
Receita de aplicações financeiras	339.521	217.906	543.001	438.528
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	19.321	126.216	244.401	276.982
Atualizações monetárias ativas	628.551	593.380	1.870.789	1.000.309
Variações cambiais ativas	4.279.567	4.354.159	4.345.731	4.485.825
Remuneração das indenizações - Lei 12.783/13	0	0	0	865.089
Atualização de ativo regulatório	0	0	23.829	81.461
Ganhos com derivativos	0	0	121.641	12.004
Outras receitas financeiras	139.747	63.703	325.455	548.522
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas	-1.170.172	-1.130.479	-2.991.057	-2.250.780
Encargos de arrendamento mercantil	0	0	-152.762	-137.661
Encargos sobre recursos de acionistas	-45.685	-13.065	-53.328	-18.999
Atualizações monetárias passivas	-1.243.449	-9.570	-1.868.165	-713.696
Variações cambiais passivas	-4.821.268	-3.830.451	-4.707.988	-4.243.499
Atualização de passivo regulatório	0	0	-15.776	-43.981
Perdas com derivativos	0	0	0	-96.294
Outras despesas financeiras	-175.732	-100.293	-612.538	-448.063
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-331.213</b>	<b>1.678.451</b>	<b>-2.577.004</b>	<b>329.736</b>
<b>RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-9.440.656</b>	<b>-519.742</b>	<b>17.322.791</b>	<b>285.074</b>
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	18.249.928	624.679	558.302	35.562
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>8.809.272</b>	<b>104.937</b>	<b>17.881.093</b>	<b>320.636</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-402.132	-133.821	-607.634	-492.159
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	416.810	-73.979	-8.377.282	-118.912
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>8.823.950</b>	<b>-102.863</b>	<b>8.896.177</b>	<b>-290.435</b>
PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES	8.823.950	-102.863	8.823.950	-102.863
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES	0	0	72.227	-187.572
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO</b>	<b>6,52</b>	<b>-0,08</b>	<b>6,52</b>	<b>-0,08</b>

**Disclaimer:**

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



## Informe aos Investidores 2T16

### Demonstração do Fluxo de Caixa

R\$ mil

	Controladora		Consolidado	
	30.06.16	31.06.15	30.06.16	31.06.15
<b>Atividades operacionais</b>				
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>8.809.272</b>	<b>104.937</b>	<b>17.881.093</b>	<b>320.636</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:</b>				
Depreciação e amortização	2.572	2.646	885.518	925.625
Variações monetárias líquidas	614.898	(583.810)	675.683	(608.894)
Variações cambiais líquidas	541.702	(198.104)	275.338	(206.615)
Encargos financeiros	(655.742)	(408.865)	954.493	199.355
Receita de ativo financeiro	-	-	(26.170.366)	(408.828)
Resultado da equivalência patrimonial	(18.249.928)	(624.679)	(558.302)	(35.562)
Provisão (reversão) para passivo a descoberto	6.379.036	1.253.239	-	-
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	8.515	7.796	168.257	260.297
Provisão (reversão) para contingências	1.901.393	597.097	2.352.601	1.131.943
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos	(926)	-	2.348.010	(68.512)
Provisão (reversão) contrato oneroso	-	-	1.521.011	(155.399)
Provisão (reversão) para perda com investimentos	-	47.689	60	47.689
Encargos da reserva global de reversão	107.529	132.398	107.529	132.398
Ajuste a valor presente / valor de mercado	(9.045)	(10.233)	11.705	32.250
Participação minoritária no resultado	-	-	(109.435)	284.200
Encargos sobre recursos de acionistas	45.685	13.065	53.328	18.999
Instrumentos financeiros - derivativos	-	-	(121.641)	84.290
Outras	117.502	(54.120)	506.073	(11.046)
	(9.196.809)	174.119	(17.100.138)	1.622.190
<b>(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais</b>				
Clientes	0	0	(656.302)	(276.800)
Títulos e valores mobiliários	-629.118	-2.278.559	604.927	(3.054.562)
Direito de ressarcimento	0	0	(1.217.189)	(1.009.007)
Almoxarifado	97	179	242.963	(117.088)
Estoque de combustível nuclear	0	0	(157.696)	46.602
Ativo financeiro - Itaipu e concessões de serviço público	593.413	225.095	593.413	225.095
Risco Hidrológico	0	0	123.053	-
Outros	22.068	312.138	612.378	674.738
	<b>-13.540</b>	<b>-1.741.147</b>	<b>145.547</b>	<b>(3.511.022)</b>
<b>Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais</b>				
Fornecedores	4.234	18.677	2.175.644	2.524.499
Adiantamento de clientes	0	0	274.171	-27.995
Arrendamento mercantil	0	0	-40.255	-36.287
Obrigações estimadas	12.524	12.599	62.778	-118.210
Obrigações de ressarcimento	0	0	262.174	108.385
Encargos setoriais	0	0	73.952	228.700
Outros	-44.210	33.168	-463.385	384.480
	<b>-27.452</b>	<b>64.444</b>	<b>2.345.079</b>	<b>3.063.572</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>-428.529</b>	<b>-1.397.647</b>	<b>3.429.316</b>	<b>1.495.376</b>
Pagamento de encargos financeiros	-1.021.311	-817.798	-1.405.165	-1.464.889
Pagamento de encargos da reserva global de reversão	-75.176	-370.532	-75.176	-370.532
Recebimento de receita anual permitida (ativo financeiro)	0	0	548.746	482.462
Recebimento de indenizações do ativo financeiro	0	0	0	2.169.074
Recebimento de encargos financeiros	954.757	991.993	387.927	583.262
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-171.160	-142.294	-516.251	-418.357
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	81.258	50.835	263.592	133.803
Pagamento de previdência complementar	-24.259	-6.104	-81.086	-104.252
Pagamento de contingências judiciais	-100.475	-433.931	-118.680	-510.159
Depósitos judiciais	-68.895	-46.569	-471.191	-118.481
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>-853.790</b>	<b>-2.172.047</b>	<b>1.962.032</b>	<b>1.877.307</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Empréstimos e financiamentos obtidos	169.670	2.179.372	2.970.483	3.127.770
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	-1.257.401	-1.075.112	-1.999.439	-1.861.448
Pagamento de remuneração aos acionistas	-1.125	-19.633	-4.280	-22.376
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições - principal	0	0	-58.359	-49.028
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	1.000.000	0	1.000.000	0
Outros	0	0	3.130	-34.940
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>-88.856</b>	<b>1.084.627</b>	<b>1.911.535</b>	<b>1.159.978</b>
<b>Atividades de investimento</b>				

**Disclaimer:**

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.



### Informe aos Investidores 2T16

Concessão de empréstimos e financiamentos	-296.813	-380.323	-291.650	-5.573
Recebimento de empréstimos e financiamentos	1.948.310	1.839.192	741.866	1.338.745
Aquisição de ativo imobilizado	-49.053	-12.606	-1.089.219	-1.661.257
Aquisição de ativo intangível	0	0	-23.545	-147.991
Aquisição de ativos de concessão	0	0	-1.245.026	-1.470.406
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	-445.354	-184.703	-2.024.752	-1.179.798
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital	-241.824	0	-305.394	-215.359
Outros	0	0	1.424	207.361
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>915.266</b>	<b>1.261.560</b>	<b>-4.236.296</b>	<b>-3.134.278</b>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-27.380</b>	<b>174.140</b>	<b>-362.729</b>	<b>-96.993</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	691.719	88.194	1.393.973	1.407.078
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	664.339	262.334	1.031.244	1.310.085
	<b>-27.380</b>	<b>174.140</b>	<b>-362.729</b>	<b>-96.993</b>

**Disclaimer:**

Este material contém cálculos que podem não produzir uma soma ou resultado preciso devido a arredondamentos realizados.